

Revista **Socialismo e Liberdade** n°16 | 2017

FIM DO CICLO PT. E AGORA?



Lava-Jato

Ponto e contraponto

Luciana Boiteaux e Luciana Genro | Pág.14 |

A Revolução Russa de Fevereiro de 1917 e as mulheres

Marly Vianna | Pág.38 |

Comunicação Pública

Potencial sopro de diversidade na mídia

Bia Barbosa | Pág.26 |

A França, para onde vai?

Renata Lins | Pág.42 |

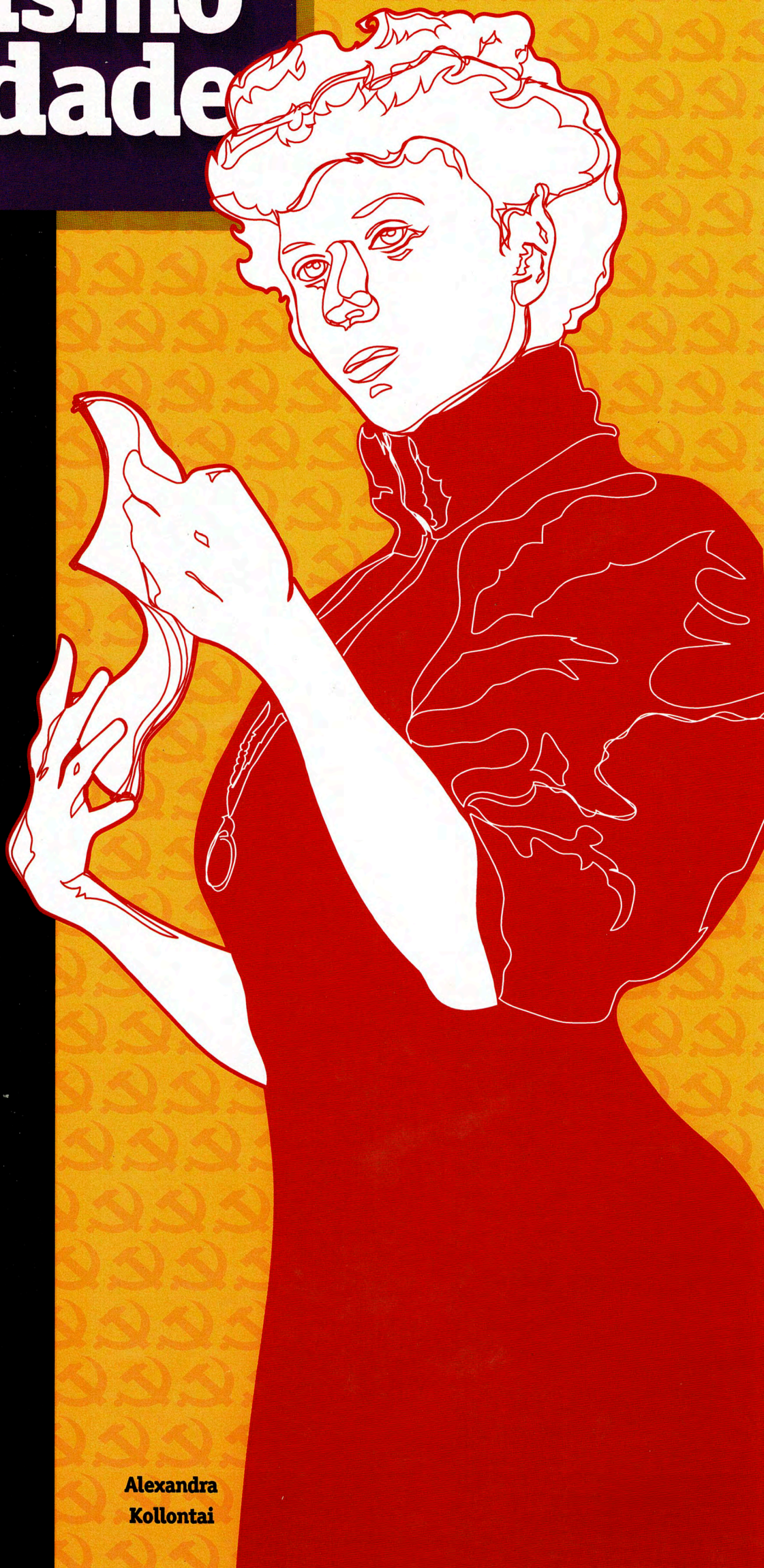
Um SUS para chamar de nosso

Lígia Bahia | Pág.34 |

Mulheres na reforma da Previdência de Temer

indiferença e discriminação

Denise Gentil | Pág.22 |



Presidente
Juliano Medeiros
Diretor-financeiro
Lucas Van Ploeg
Diretor Técnico
Gilberto Maringoni

Conselho Editorial

Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Juliano Medeiros
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Maria Rita Kehl
Milton Temer
Michael Löwy
Marcelo Freixo

A Revista Socialismo e Liberdade é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo, as ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Cid Benjamin**. Comitê Executivo: **Cid Benjamin, Juliano Medeiros, Carolina Peters, Luiz Arnaldo Dias Campos, Milton Temer e Frederico Henriques**. Produtor editorial: **José Ibiapino Ferreira**. Jornalista responsável: **Rodolfo Vianna (mtb 54.137/SP)**. Revisão: **Cid Benjamin**. Projeto Gráfico: **Cláudio Zamboni**. Editoração Eletrônica: **Zaha Comunicação**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - C. Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br. [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos). Tiragem: 8 mil exemplares.

EDITORIAL	3
RESOLUÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PSOL SOBRE O MOMENTO POLÍTICO	4
FIM DO CICLO PT. E AGORA?	
A CENTRALIDADE DO FEMINISMO NA REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA	
Albanise Pires	8
TEMOS PAPEL ESSENCIAL NA RECONSTRUÇÃO DA ESQUERDA PÓS-PT	
Ana Cristina Carvalhaes e Keka Bagno	10
ENEGRECER E REORGANIZAR A ESQUERDA PARA BARRAR RETROCESSOS	
Maria Aparecida Freitas Vale	12
LIÇÕES DO FIM DE UM CICLO: CORAGEM E OUSADIA PARA SUPERAR O LULISMO	
Silvia Ferraro	14
PONTO E CONTRAPONTO	
LAVA-JATO	
Luciana Boiteaux e Luciana Genro	16
MULHERES NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE TEMER: INDIFERENÇA E DISCRIMINAÇÃO	
Denise Gentil	24
COMUNICAÇÃO PÚBLICA: POTENCIAL SOPRO DE DIVERSIDADE NA MÍDIA	
Bia Barbosa	28
O NOVO PAPEL ASSUMIDO PELO JUDICIÁRIO	
Eloísa Machado de Almeida	31
UM SUS PARA CHAMAR DE NOSSO	
Lígia Bahia	36
A REVOLUÇÃO RUSSA DE FEVEREIRO DE 1917 E AS MULHERES	
Marly Vianna	40
A FRANÇA, PARA ONDE VAI?	
Renata Lins	44
CEM ANOS DE SAMBA EM SUAS ESQUINAS IMPROVÁVEIS	
Manuela Trindade Oiticica	47
ALEXANDRA KOLLONTAI: A POLÍTICA ENTRE A VIDA PÚBLICA E A INTIMIDADE	
Carolina Peters	49



E D I T O R I A L

O número 16 da revista *SOCIALISMO & LIBERDADE* é a primeira publicação da Fundação Lauro Campos em 2017, ano que marca o centenário da Revolução Russa e incentiva importante reflexão sobre a atualidade do socialismo em nossos dias. Naquele processo, as trabalhadoras têxteis ocuparam papel fundamental, promovendo greves reprimidas pelo regime czarista, sendo a maior dessas mobilizações ocorrida em 8 de março (23 de fevereiro, no antigo calendário juliano). É nesse espírito, de retomar a origem do Dia Internacional de Luta das Mulheres (proposto pela primeira vez pela revolucionária alemã Clara Zetkin) e o papel vital das mulheres trabalhadoras na luta pelo socialismo, que promovemos uma edição protagonizada por mulheres.

Essa homenagem nos permitiu, também, fugir de uma distorção comum. Muitas vezes, na esquerda, as mulheres são chamadas a escrever apenas sobre questões de gênero. Se é natural que, em relação a problemas relacionados com o feminismo e a luta pela afirmação do lugar das mulheres na sociedade, elas estejam na linha de frente, por outro, esse tipo de “especialização” não condiz com o papel pleno que devem ocupar na vida social. A excelência dos artigos que compõem este número da revista demonstra, de forma cabal, esta afirmação.

A revista continua aberta a contribuições de militantes e pensadores de esquerda, de dentro e de fora do PSOL, dialogando com a sociedade e, em particular, com seus segmentos mais progressistas. Ela é uma publicação da Fundação Lauro Campos, do PSOL, mas não apenas para o PSOL. Quanto mais ampla for, mais cumprirá a função de contribuir para a formulação política e teórica da esquerda, sempre fiel aos nossos compromissos com a luta pela democracia e por uma sociedade socialista.

Esse caráter amplo é espelhado na composição de seu recém-formado Conselho Editorial, cujos integrantes estão nomeados na página ao lado, no expediente da revista. Nele há pessoas que não são filiadas ao PSOL, mas que tem peso social e militância em defesa da justiça social.

Continuamos fazendo esforços para melhorar a distribuição da revista. Para tal, temos sido inclusive pressionados pelo crescente interesse que ela vem despertando, dentro e fora do partido – o que é uma boa notícia.

Outra boa nova é a mudança da periodicidade. Depois que a revista teve a sua confecção retomada, passou a ser efetivamente trimestral. A partir deste número, de março de 2017, ela dará um salto: passará a ser bimestral.

Adiantamos também aos leitores que, para outubro/novembro, vamos preparar um número especial, dedicado ao centenário da Revolução Russa de 1917.

A presente edição é aberta com a resolução política da Comissão Executiva Nacional do PSOL, aprovada em sua reunião de fevereiro.

Em seguida, continuaremos com artigos sobre um tema já presente no número anterior, reunindo diferentes visões sobre o momento da esquerda e sua reorganização, agrupadas na seção “Fim do ciclo PT. E agora?”. Albani-se Pires, Maria Aparecida Freitas Sales, Sílvia Ferraro e Ana Cristina Carvalhaes e Keka Bagno, estas duas num artigo a quatro mãos, nos oferecem suas contribuições.

A proposta de reforma da Previdência de Michel Temer, a situação do Sistema Único de Saúde (SUS), a luta pela democratização dos meios de comunicação de massas e o Judiciário brasileiro são objetos de análise, respectivamente, de Denise Gentil, Lígia Bahia, Bia Barbosa e Eloísa Machado de Almeida. Temas fundamentais e artigos de excelente qualidade.

Por fim, Marly Vianna trata da importância das mulheres na Revolução de Fevereiro, que completou seu centenário. Renata Lins analisa a situação da política francesa. Manuela Trindade Oiticica escreve sobre o centenário do samba. E Carolina Peters resenha “A nova mulher e a moral sexual”, obra da revolucionária russa Alexandra Kollontai, em diálogo com sua autobiografia.

Boa Leitura

Juliano Medeiros
Diretor-Presidente da Fundação Lauro Campos

Resolução da Executiva Nacional do PSOL

Unir a esquerda por diretas já, pela defesa dos direitos e por um programa de combate a Temer

(O texto abaixo é uma versão condensada)

1. Ao contrário do que apregoam a mídia e a propaganda oficial do governo golpista, a crise econômica continua longe de ser superada. Os efeitos da crise estão provocando aumento do desemprego e diminuição da renda dos trabalhadores. Os sinais de aumento da pobreza são evidentes. Os dados do IBGE revelam a maior taxa de desemprego desde o início da série histórica, em 2012. O Brasil fechou 2016 com 12,3 milhões de pessoas desempregadas.

2. Em relação ao desemprego, cabe destacar: a taxa de desempregados é muito maior se considerarmos aqueles que desistem de procurar emprego ou acabam aceitando "bicos"; os poucos empregos criados durante a crise são de pior qualidade, obrigando os trabalhadores a aceitarem salários menores e condições de trabalho ainda mais precárias.

3. O aumento do desemprego também deixa claro o desastre do ajuste fiscal iniciado por Joaquim Levy e aprofundado por Henrique Meirelles.

Cortes no Orçamento, contenção do investimento público, aumento da taxa de juros, privatizações e de retirada de direitos sociais só têm levado a mais flagelo, em especial, para a população mais pobre.

4. As medidas de ajuste fiscal são direcionadas a superar a crise às custas de milhões de brasileiros. A aprovação da Emenda Constitucional 95 representou um rompimento do pacto que originou a Constituição de 1988 e viabilizará monumental migração de recursos da área social para o sistema financeiro. A reforma de Previdência, que tramita no Congresso, impedirá a aposentadoria de milhões de trabalhadores do setor público e privado e injetará recursos na previdência privada. A reforma trabalhista vai precarizar ainda mais as relações de trabalho, enfraquecendo as representações sindicais e garantindo maior lucratividade aos empresários.

5. A volta dos ajustes e das políticas neoliberais aparece rapidamente nos pacotes draconianos estaduais, como

remédio para uma falência sem precedentes de unidades da federação. Os ajustes propostos recaem sobre os serviços públicos de forma dramática: hospitais e postos superlotados, falta de saneamento básico, má qualidade das escolas, baixa qualidade do transporte, falta de empregos.

6. A crise, porém, provoca cada vez mais reações dos trabalhadores e dos excluídos. As mobilizações, ainda defensivas, tendem a crescer.

7. Tal é a profundidade deste colapso nos estados que a crise chega num dos pilares para a manutenção da ordem: a atual política de segurança pública, baseada na guerra às drogas e no encarceramentos dos negros pobres. Após anos de hipermilitarização das polícias, os policiais encontram-se agora na mesma situação de centenas de milhares de servidores com salários congelados ou atrasados, acossados pela inflação e o arrocho. A luta dos PMs é legítima, como as dos demais servidores.

8. A situação no Espírito Santo é

exemplar. Até ontem visto por analistas como exemplo de ajuste fiscal bem-sucedido, o arrocho salarial e as más condições de trabalho desembocaram, após a deflagração da greve dos PMs, em mais de uma centena de assassinatos e um absoluto caos social, o que mostra que a política de ajuste fiscal é, sobretudo em momento de crise, inviável. A crise social também se alastra no sistema prisional, como demonstram os massacres ocorridos nas penitenciárias de Roraima, Amazonas e Rio Grande do Norte, comprovando a falência do modelo de segurança pública.

9. Antevendo os retrocessos que o impeachment produziria, o PSOL acertadamente se opôs ao golpe institucional. Naquela oportunidade já estava claro que não se tratava apenas de uma simples troca de comando no Executivo Federal, mas de uma reorganização das classes dominantes visando criar melhores condições para superar a crise e assegurar um novo ciclo expansivo de valorização do capital.

10. A alternativa das classes dominantes ao colocar Temer no governo, porém, não está livre de enormes riscos. Seu governo está totalmente envolvido nos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato. Ao mesmo tempo em que conseguiu uma maioria sólida parlamentar, o governo convive diariamente com novas denúncias contra integrantes do PMDB. Dentre os elementos de instabilidade se encontram os desdobramentos da

Antevendo os retrocessos que o impeachment produziria, o PSOL acertadamente se opôs ao golpe institucional.

Naquela oportunidade já estava claro que não se tratava apenas de uma simples troca de comando no Executivo Federal, mas de uma reorganização das classes dominantes visando criar melhores condições para superar a crise e assegurar um novo ciclo expansivo de valorização do capital



Lava-Jato, especialmente as delações dos 77 executivos da Odebrecht.

11. Por isso, o ano de 2017 aponta para um aprofundamento da crise social e econômica. A PEC do teto de gastos é uma bomba que pode levar a uma explosão social. As delações da Odebrecht podem colocar o governo numa situação insustentável. O governo golpista de Temer tem entre seus principais objetivos a proteção de seus integrantes, vide a recente criação de um ministério para acolher Moreira Franco, o "Angorá" da lista da Odebrecht.

12. Por isso Temer indicou Alexandre de Moraes, ex-secretário de Segurança do governo tucano de Alckmin, filiado ao PSDB, para ministro do STF. O mesmo PSDB de Aécio, Serra e Alckmin, que estão citados em delações premiadas e envolvidos em escândalos de corrupção que a mídia golpista

esconde. A opção pelo PSDB é também pela volta ao fundamentalismo neoliberal, de um Estado mínimo. É o aprofundamento da política de incentivos fiscais e empréstimos generosos para as multinacionais, em especial às estadunidenses.

13. É inegável que a Operação Lava-Jato ganhou centralidade no projeto de recomposição política das forças conservadoras, ao lançar luz sobre os esquemas de financiamento das campanhas eleitorais, frações da burguesia notaram nela uma oportunidade para desmontar a credibilidade social do PT e de suas lideranças, justificando perante a população uma ruptura institucional.

14. Porém, a presença de personalidades dos grandes partidos no esquema de corrupção e a divulgação destes fatos faz com que figuras fiéis ao projeto de recomposição conservadora sejam descartadas, tudo em nome da manutenção da estabilidade econômica. O núcleo político do governo Temer tem profundos vínculos com o "Departamento da Propina" da Odebrecht e de outras grandes empreiteiras. Por mais que o comando da operação e a grande mídia diminuam o destaque para o envolvimento de figuras dos partidos conservadores (especialmente sumindo com notícias sobre lideranças tucanas, como Aécio Neves), o desgaste é inevitável e a tática de ir descartando as figuras citadas tem limites e riscos.

15. Não está descartado que, após aprovar o pacote de maldades que motivou o golpe, na próxima crise institucional o governo Temer possa ter seu fim antecipado e a elite eleja por via indireta um operador mais confiável e que mantenha esta recomposição conservadora. A divulgação do conteúdo das delações premiadas dos executivos da Odebrecht e a revelação

Não está descartado que, após aprovar o pacote de maldades que motivou o golpe, na próxima crise institucional o governo Temer possa ter seu fim antecipado e a elite eleja por via indireta um operador mais confiável e que mantenha esta recomposição conservadora. A divulgação do conteúdo das delações premiadas dos executivos da Odebrecht e a revelação do envolvimento direto de Temer e das cúpulas de PMDB e PSDB nos esquemas criminosos da empresa ampliam a instabilidade e podem acelerar esse processo de mudança de governo

do envolvimento direto de Temer e das cúpulas de PMDB e PSDB nos esquemas criminosos da empresa ampliam a instabilidade e podem acelerar esse processo de mudança de governo.

16. O desastre eleitoral e a perda de credibilidade ética da cúpula do PT, aliados à incerteza sobre seu futuro, têm provocado crescente tensão na militância dos movimentos sociais que tinha aquele partido como referência política. Os desdobramentos desta crise ainda são incertos, dependendo de fatores internos (concessões do campo majoritário para setores que questionam seus rumos à esquerda) e externos (condenação de Lula pela Lava-Jato e impedimento de sua candidatura).

17. O mais grave, porém, é que apesar das ilegalidades nas quais lideranças petistas se envolveram e de sua aposta num projeto de conciliação de classes que nunca tocou nas camadas mais privilegiadas da classe dominante, sua direção não parece disposta a promover mudanças de rumo. O discurso de seu setor majoritário é de que o golpe foi para frear "os avanços" do ciclo petista. A eleição para a presidência da Câmara e do Senado mostrou que na direção petista prevalecem os compromissos que sustentaram o pacto conservador: apesar da decisão do partido de apoiar André Figueiredo, não foram poucos os "dissidentes" que optaram por candidaturas do campo golpista – rumo traçado também pelo PCdoB.

18. O quadro descrito acima coloca para a esquerda social e política enormes desafios. O PSOL se coloca como parte do processo de recomposição da esquerda, de defesa dos direitos conquistados e de construção de outro caminho que não nos leve a repetir os mesmos erros.

19. O primeiro grande desafio é de-

fender os direitos sociais contra os ataques do governo golpista. A prioridade de 2017 será fortalecer a resistência aos ataques que as classes trabalhadoras e os demais excluídos estão sofrendo, unindo todos numa ampla frente contra Temer e sua agenda reacionária.

20. Essa frente deve reunir todos os que se disponham a enfrentar as medidas de ajuste fiscal e retirada de direitos. Nossa militância [deve dirigir] as energias para estreitar os laços políticos e organizativos com os novos movimentos sociais, com destaque para o enraizamento da vitoriosa experiência de luta independente que é a Frente Povo Sem Medo.

21. O segundo desafio é o partido se apresentar como porto seguro para os que queiram construir um novo patamar de reorganização da esquerda. A legislação criou enormes dificuldades para estruturação de novos partidos de esquerda. A recente aprovação de cláusula de barreira no Senado demonstra que os ataques ainda não estão conclusos, sendo clara a intenção das elites de nos jogar na clandestinidade eleitoral.

22. Assim, nosso partido deve ser um abrigo para todos os segmentos dispostos a reconstruir no dia-a-dia das lutas e nas eleições um projeto de esquerda, radicalmente democrático, amplo e popular. Tal esforço será feito de forma criteriosa, mas, ao mesmo tempo, profundamente generosa.

23. Mas a reconstrução da esquerda, reconquistando parcelas perdidas nas classes trabalhadoras, passa por reacender a esperança de mudança social. E é por isso que o terceiro desafio é apresentar uma plataforma e uma candidatura presidencial que dialoguem com os excluídos, que sejam porta-vozes das pautas de luta contra a opressão a mulheres, LGBTTS, negr-

Essa frente deve reunir todos os que se disponham a enfrentar as medidas de ajuste fiscal e retirada de direitos. Nossa militância [deve dirigir] as energias para estreitar os laços políticos e organizativos com os novos movimentos sociais, com destaque para o enraizamento da vitoriosa experiência de luta independente que é a Frente Povo Sem Medo



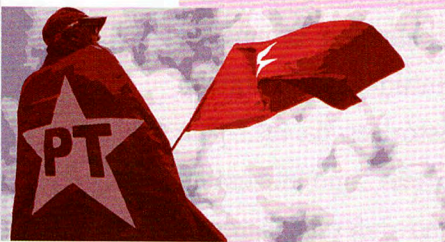
xs; que defendam os direitos históricos da classe trabalhadora urbana, os direitos da juventude, que retomem as bandeiras históricas da luta pela terra e pela moradia, que enfrentem o agronegócio na defesa das terras indígenas e quilombolas e deem centralidade para a luta socioambiental em todos os seus terrenos. Ou seja, um programa que seja radical no enfrentamento da política econômica vigente, que rompa com a governabilidade baseada na troca de cargos, que combata a corrupção e que se proponha a reinventar formas de participação direta dos cidadãos nas decisões e de controle social das ações de governo.

24. Dentre as tarefas imediatas para que nosso partido esteja à altura dos desafios está a participação ativa em todas as manifestações que exijam a saída imediata de Temer da Presidência. Devemos combinar a mobilização do "Fora Temer" com a convocação de eleições diretas já.

25. A cada ataque aprovado no Congresso, ganha relevância a articulação de um plebiscito unitariamente construído entre todos os movimentos sociais e organizações partidárias democráticas, visando uma saída popular para a crise. A reforma da Previdência, a principal batalha contra a retirada de direitos deste ano, não pode ser aprovada sem que o povo brasileiro seja consultado sobre seus efeitos devastadores. Nossa bancada na Câmara já estuda a apresentação de medida legislativa que submeta qualquer retrocesso a referendo popular.

26. Por fim, a Executiva Nacional do PSOL convoca a militância partidária e os milhares de ativistas simpáticos ao nosso partido a se somarem aos esforços para vencer os desafios aqui descritos.

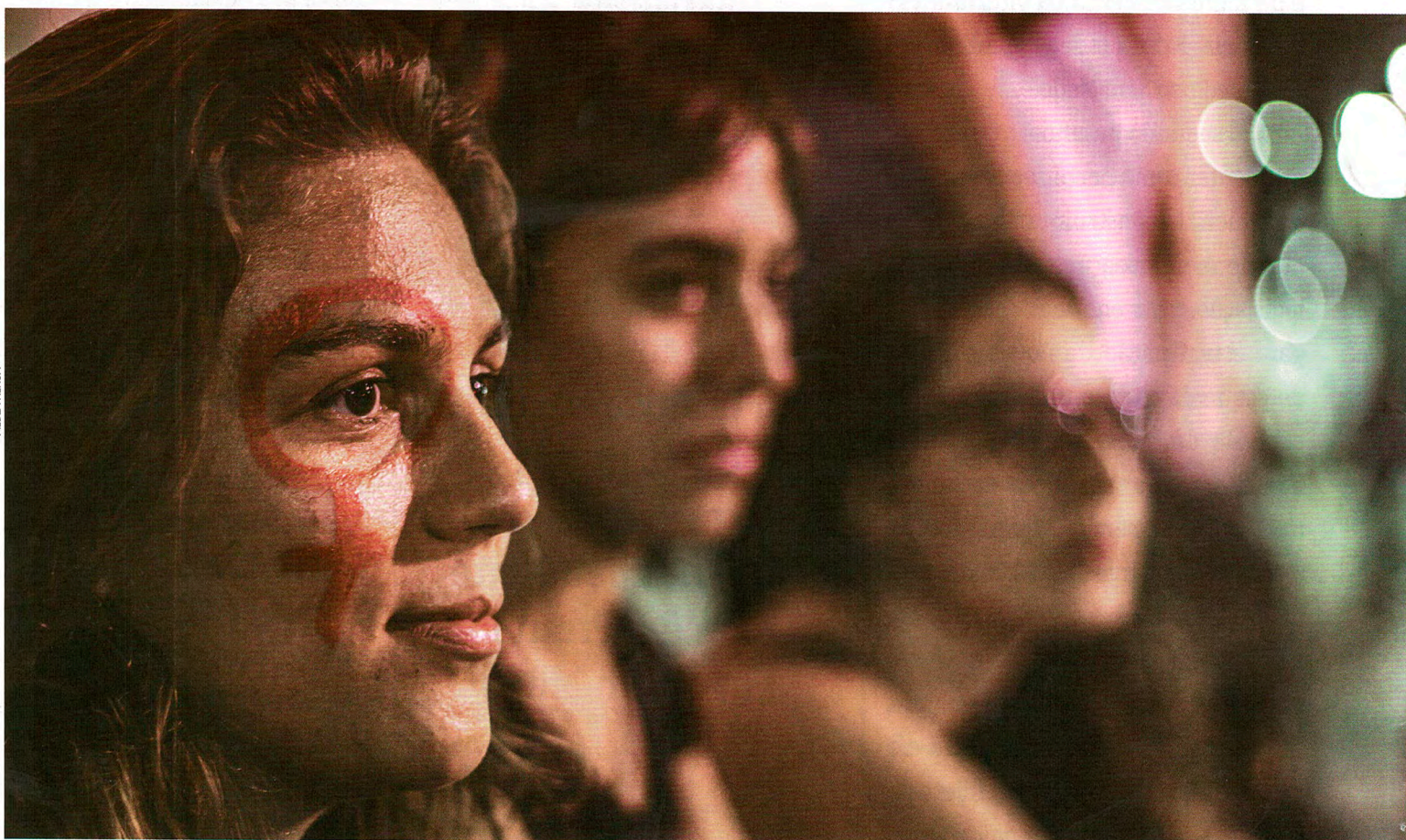
Brasília, 11 de fevereiro de 2017



Damos prosseguimento, nesta edição, à seção “Fim do ciclo PT. E agora?”, iniciada no número anterior. Apresentamos então mais quatro artigos, de autoria, respectivamente, de **Albanise Pires**, **Maria Aparecida Freitas Sales**, **Silvia Ferraro** e **Ana Cristina Carvalhaes e Keka Bagno**. Eles discutem a crise da esquerda e os caminhos para a sua superação.

A centralidade do **feminismo** na reorganização da esquerda

Albanise Pires*



A conjuntura política e ideológica que vivemos neste momento, marcada pelo avanço conservador e por retrocessos no campo dos direitos e das garantias sociais, está inserida num amplo contexto de fluidez e fragmentação política. Este cenário, frequentemente denominado de “pós-ideológico”, onde supostamente “não haveria esquerda e nem direita”, extrapola os limites do Brasil, sendo um fenômeno internacional que atravessa o mundo acadêmico, os movimentos sociais, os organismos político-partidários e o senso comum da política. Ou seja, não se limita ao ciclo pós-PT.

Neste sentido, a reorganização da esquerda não pode ser um exercício que tome o pós-petismo ou o pós-lulismo como a única ou mesmo como a maior referência no debate. Dizer que a chegada do PT ao poder foi insuficiente para afirmar as teses fundacionais da esquerda enquanto categoria política é muito pouco. Talvez o mais acertado seja dizer que o PT no poder reforçou, por opção e não por imposição da realidade, o cenário estrutural de crise dos caminhos das esquerdas no âmbito global.

É perceptível que toda a organização da esquerda da era industrial entrou em fadiga. O sindicalismo tradicional, por exemplo, como carro-chefe das bases sociais que questionavam o status quo e o modo de acumulação do capitalismo, perdeu força e protagonismo. Algumas das perguntas centrais para se pensar hoje um processo de reorganização são: “Que sujeito ou sujeitos sociais ganharam centralidade e perspectiva de protagonismo?”; “que sujeitos vêm perdendo essa centralidade?” e “onde e como esta centralidade acontece?”. Este debate nos remete à dinâmica do processo civilizatório e da própria modernidade, sobretudo naquilo que concerne à sobreposição das camadas do direito ao longo deste processo. O mínimo ético das sociedades, que se materializa no direito na seara das leis jurídicas, avança para diferentes campos, como o terreno das lutas ambientais e do meio ambiente como sujeito de direitos; dos direitos dos animais; dos direitos urbanos e do direito à cidade; dos direitos à livre orientação sexual e ao livre exercício das identidades de gênero e raça, entre outros.

Há, no entanto, opressão, exploração e alienação que nos remetem a períodos arcaicos, como se o processo de avanço da consciência social tives-

se sido congelado. Trata-se da ideologia do patriarcado, do machismo como algo estruturante da sociedade opressora e que submete o gênero feminino a condições inaceitáveis de desigualdade. A maior visibilidade das condições de desigualdade vivenciadas pelas mulheres tem colocado o feminismo em relevo e evidenciado uma flagrante – e muitas vezes violenta – reação do machismo, que se potencializa com a exposição nas redes sociais digitais. A misoginia, estruturada em forma de cultura, ocupa a cena pública e dá forma a um conservadorismo que, simultaneamente, reage e se torna proativo, tornando a luta feminista uma condição incontornável na utopia por uma sociedade emancipada.

Organizar as mulheres, portanto, não é mais uma opção e sim uma imposição da realidade, pois somos a encarnação da luta emancipatória no mundo do trabalho opressor e duramente alienante, que nos obriga a duplas e triplas jornadas e onde a insu-

ficiência de creches nos confere uma condição de subcidadania. Vivemos, ainda, uma situação cruel de insegurança, diretamente expressa sobre nossos corpos por meio da violência, do assédio e do estupro, realidades ainda cotidianamente presentes na vida das mulheres. A criminalização do aborto é outra face desse contexto, funcionando como uma criminalização específica de gênero.

A necessária resistência das mulheres a esta cruel realidade faz da luta feminista um dos elementos centrais e protagonista principal no processo de reorganização da esquerda nesta primeira metade do século XXI. E isto nos faz ter a certeza de que qualquer processo de reorganização da esquerda só acontecerá com a participação decisiva das mulheres como protagonistas políticas deste processo.



***Integrante da Executiva Nacional e do Setorial Nacional de Mulheres do PSOL**

Vivemos, ainda, uma situação cruel de insegurança, diretamente expressa sobre nossos corpos por meio da violência, do assédio e do estupro, realidades ainda cotidianamente presentes na vida das mulheres. A criminalização do aborto é outra face desse contexto, funcionando como uma criminalização específica de gênero

Temos papel essencial na reconstrução da esquerda pós-PT

Ana Cristina Carvalhaes*

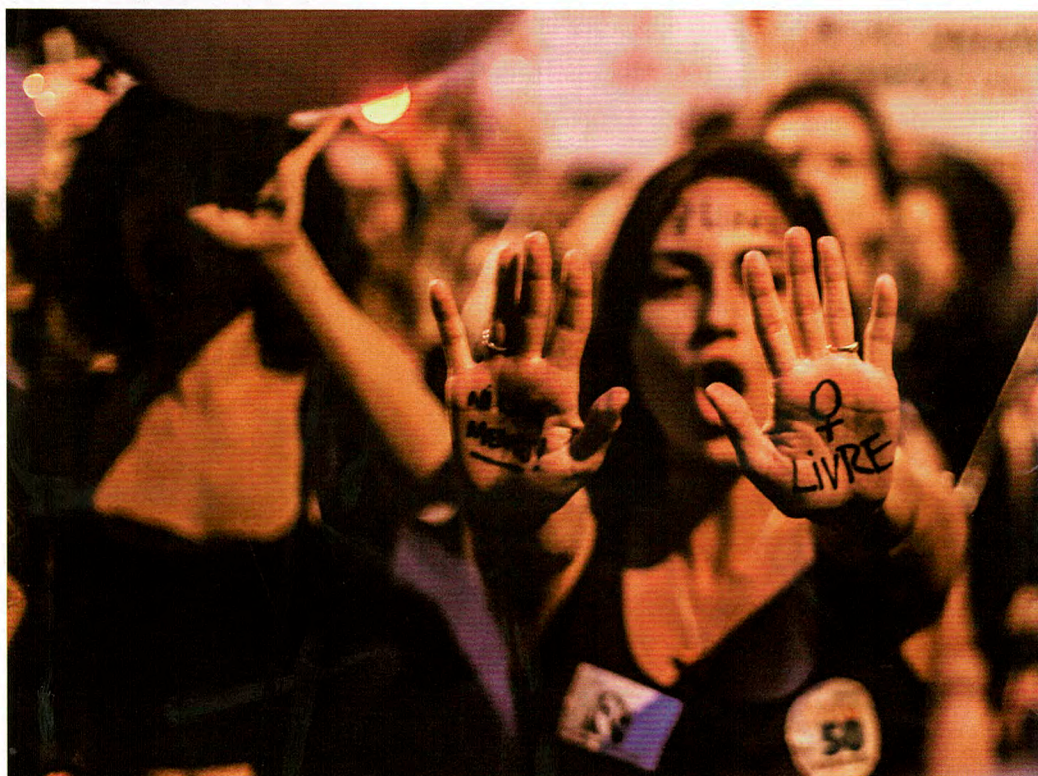
Keka Bagno**

Numa visão de longo prazo, vivemos o fim do ciclo de 40 anos do petismo. O exercício do poder em conciliação com as classes dominantes daqui e do globo, com o apoio de um amplo setor popular, entrou em colapso. Foi por um combo de razões: a crise econômica mundial, a profundidade da assimilação do partido pelo regime toma-lá-dá-cá da Nova República e a assunção aberta, a partir da reeleição de Dilma, de medidas francamente neoliberais.

Na síntese quase perfeita do intelectual petista Lincoln Secco: “O PT montou seu governo sobre um pacto social-rentista que melhora a vida dos muito pobres e garante superlucros ao sistema financeiro”. A definição não é perfeita porque, justamente devido à aliança com bancos, agronegócio e empreiteiras (e a manutenção da política econômica liberal), as melhorias, baseadas em aumentos salariais e programas de redistribuição restrita de renda, não tiveram raízes suficientes nem para fazer retroceder a desigualdade, nem para proteger o PT da corrupção e do golpe de seus aliados até a véspera.

QUEM PAGA O PATO

Dilma e o PT caíram porque sua lógica de se associar a setores empresariais os feriu de morte por dentro (com



a chaga da corrupção) e por fora (com a incorporação das bandeiras dos inimigos neoliberais). O PT no governo deixou de ser eficiente aos olhos do grande capital. Este, com peso e consciência, ajudou a mandar às ruas, entre 2014 e 2015, milhões de brasileiros capitaneados pela direita – que soube extrair muito mais oxigênio do que o PT da grande revolta de 2013.

Assim se urdiu, com base de massas, o golpe institucional (parlamentar-judicial e midiático) que reverteu a correlação de forças e pelo qual paga hoje um preço muito salgado toda a classe trabalhadora brasileira. Dentro dela, de forma bárbara, paga mais do que nenhum outro setor a juventude negra e as mulheres negras, vítimas diretas do genocídio e mães, irmãs, parentes

dos jovens alvos da “guerra às drogas” e do desprezo hipócrita da maioria pela escandalosa situação carcerária no país. Pagam também as mulheres, meninas estudantes, jovens e não tão jovens trabalhadoras, mães, chefes de família, especialmente as não brancas, cujos direitos à igualdade salarial, ao reconhecimento da dupla jornada no terreno previdenciário, às creches, à atenção específica de saúde, à liberdade sexual e ao aborto estão sob o facho dos ataques dos fundamentalistas no Legislativo (que não terminaram com a prisão de Cunha).

Pagam preço altíssimo gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, no país campeão de assassinatos homofóbicos e transfóbicos, no qual a elite política conservadora se dedica a

strução



MÍDIA NINJA

privá-los de suas conquistas e do direito a viver e trabalhar dignamente, constituir famílias, adotar filhos, terem reconhecidas suas identidades e a se expressarem livremente sem reações violentas.

Nada disso quer dizer que o PT, o petismo e o lulismo estão mortos. Apesar de derrubados do poder, derrotados humilhantemente nas urnas em 2016 e desprovidos de parte das bases históricas na classe trabalhadora, PT, PCdoB e satélites continuam influentes em organizações de movimentos sociais, como CUT, MST, UNE, sindicatos, grêmios, DCEs, associações e grupos de mulheres. Por meio delas e de seus militantes, voltam-se agora à tarefa de ressuscitar o “salvador”, Lula, em 2018.

COMO ATUAR EM TEMPOS DE GOLPE E FIM DE CICLO

Neste contexto difícil, o PSOL desponta como possibilidade de alternativa partidária à esquerda, como hipótese de superação do projeto lulo-petista de conciliação de classes. Confirmou isto nos bons resultados eleitorais de 2016, apesar de o balanço ter sido amplamente favorável à direita.

O partido de que as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros necessitam hoje expressou-se eleitoralmente, mais do que em qualquer outro lugar, na campanha-mobilização de Marcelo Freixo e Luciana Boiteaux à prefeitura do Rio. Uma campanha que apaixonou uma nova militância e plantou sementes de um partido organizado por bairros, em regiões cada vez mais excluídas, além de unificar as forças contra o conservadorismo.

Se queremos, como partido, “sair na foto” do novo ciclo da esquerda e do movimento social brasileiro que recém começa, é preciso saber para onde queremos caminhar e como. Para disputar a consciência dos trabalhadores e oprimidos – destruída pelos ao menos 15 anos de política petista – precisamos ampliar nossa inserção nas camadas mais pauperizadas e nos setores mais atingidos pelo retrocesso conservador.

Em tempos também de resistência, de novas formas de ação e inusitados movimentos, o PSOL precisa crescer colado nas lutas antiajuste. E nelas saber ser unitário na constituição de frentes contra os planos neoliberais. Será cada vez mais imprescindível a mais ampla unidade de ação nas mobilizações, inclusive com as organizações controladas pelo ex-governismo, no enfrentamento às contrarreformas e à repressão de Temer, dos governos estaduais e prefeituras, e contra as propostas medievais dos fundamentalistas.

O ciclo que se encerra nos deixa a lição de que não há que perder nosso perfil nem “esquecer” de nenhum aliado histórico. Fazer unidade de ação não deve significar para o PSOL, nem nas lutas, nem no terreno eleitoral, deixar de ser anticapitalista, feminista, antirracista, defensor dos LGBTQTs, indígenas e quilombolas, sempre independente de governos passados e atuais. Não temos e não têm os trabalhadores e oprimidos brasileiros nada a ganhar com uma política voltada a ressuscitar Lula em 2018. Nosso objetivo é a vitória das mobilizações e a derrota do governo e da direita.

Nesse caminho, é indispensável ter participação cada vez mais forte nas lutas de mulheres, LGBTQTs, jovens, negras e negros em especial e sócio-ambientais. O levante das argentinas contra o feminicídio e das estadonidenses contra as ameaças de Trump reafirmam a centralidade da luta contra as opressões.

Mais que isso, é preciso refletir estas opções programáticas na estrutura partidária, enegrecendo nossas fileiras e tornando-as mais jovens, mais femininas, mais LGBT e anti-transfóbicas, mais ecológicas. Só assim elaboraremos e responderemos melhor à realidade.

Precisamos ser conscientes de que, como no poema do Machado espanhol, não temos antecedentes. Faremos o caminho ao andar. Este caminho poderá ser, se não repetirmos o PT, nossa contribuição ao erguimento de um novo socialismo neste século.



*** Integrante da Executiva do PSOL-RJ**



**** Secretária de Mulheres do PSOL-DF**

Colaboraram ainda Clarissa Viana, Daniella Jardim, Julia Bustamante, Luciana Araujo e Maria Kallás

O golpe de Estado ocorrido no Brasil apresentou a necessidade imediata de a esquerda repensar suas práticas, formatos e programa. Os limites da política de conciliação de classes adotada pelos governos petistas foram explicitados. Apesar de acarretar algumas melhorias para vida da população mais pobre, a conciliação demonstrou-se incapaz de disputar a hegemonia da sociedade brasileira. Longe disso, o golpe evidenciou que foi a direita quem de fato avançou nesta disputa.

O modelo adotado pelo PT foi o de não enfrentamento, o de “esfriar” os conflitos os conflitos e apostar numa dinâmica em que as elites seguissem com seus interesses garantidos frente à não realização de reformas estruturais de interesses populares. Esse quadro aliado à crise econômica e ao fortalecimento da direita fez com que a escolha dos poderosos fosse a de não mais conciliar.

O golpe representou um ataque à frágil democracia brasileira, abrindo espaço para o aprofundamento da criminalização da luta e da pobreza. É a Casa Grande implementando uma agenda de retrocessos, que inclui a flexibilização das leis trabalhistas e o desmonte dos direitos sociais, o fortalecimento de uma pauta regressiva que ataca os direitos das mulheres, da população negra, dos indígenas e da comunidade LGBTQ+. Um projeto elitista, que aprofunda as desigualdades do patriarcado e racismo vinculados à divisão de classes.

O momento é de resistência e de lutas para barrar os retrocessos, apostando na ampla unidade entre as lutadoras e os lutadores. É também tempo de reflexões acerca dos

Enegrecer e reorganizar a esquerda para barrar retrocessos

Maria Aparecida Freitas Sales*



MÍDIA NINJA

rumos da esquerda e sua necessária reorganização. A crise da esquerda não está relacionada exclusivamente aos limites dos governos petistas, mas também à necessidade de superar a sua incapacidade de dialogar com os setores populares que ainda não estão organizados em espaços de militância. Essa dificuldade nos remete a duas questões estratégicas: um programa para as lutas e para a construção da revolução brasileira e um modelo organizativo que abarque a diversidade das lutas e seja radicalmente democrático.

Portanto, é fundamental que a esquerda reconheça a centralidade e o papel estratégico da luta contra o racismo e o patriarcado/machismo, compreendendo que não há hierarquia entre esses sistemas de exploração-dominação e a luta pela superação da sociedade de classes. O fato de o capitalismo brasileiro ter sido construído a partir de estruturas existentes anteriormente, escravismo e patriarcado, evidencia a necessidade de a esquerda realizar a luta de maneira imbricada. Mas é preciso que essa opção tenha uma existência concreta e não se encerre nos discursos

O debate e a atualização do programa democrático-popular estão na ordem do dia e continua sendo o principal referencial com capacidade de orientar a construção de uma nova ordem social a partir de lutas por dentro e por fora desta ordem. A implementação das necessárias e urgentes reformas estruturais de interesse popular e o alargamento dos direitos e da democracia não se encerram nas vontades políticas de governos, mas acontecem com um amplo e radical processo de lutas populares. Um governo democrático-popular não é o fim da história, sua agenda de reformas radicais deve estar vinculada ao

É fundamental que a esquerda reconheça a centralidade e o papel estratégico da luta contra o racismo e o patriarcado/machismo, compreendendo que não há hierarquia entre esses sistemas de exploração-dominação e a luta pela superação da sociedade de classes

acúmulo de forças para o rompimento com a ordem capitalista e à construção da Revolução Brasileira.

A reorganização da esquerda não será feita por cima, como uma “dança das cadeiras” onde as siglas se modificam após debates que envolvam apenas as direções e dirigentes. Essa reorganização será gestada e experimentada nos enfrentamentos ao golpe e à retirada de direitos. Depende de novas sínteses e possibilidades de ações comuns que resultem em algo superior: com enraizamento popular e capacidade programática para responder a essa conjuntura. Experimentando a radicalização da democracia que tanto aparece em nossos debates,

mas que muitas vezes está distante de nossas práticas. Necessariamente será uma experiência feminista, libertária e anti-racista, compartilhada e diversa. Radical e democrática.

Para viabilizar esse processo é fundamental que sejamos capazes de compreender a realidade brasileira, fazendo a leitura do que representou o ciclo dos governos petistas. Devemos superar dois extremos que inviabilizam o debate. De um lado, a visão acrítica do processo, que não reconhece os erros e, portanto, não os analisa. De outro, a visão moralista, que trata da complexidade desse processo apenas na chave da “traição de classe”. Quanto mais justa for a nossa análise, maior capacidade teremos para enfrentar o período e articular ações unitárias. A justeza da nossa análise também será responsável por pensar novas sínteses para o processo de reorganização da esquerda.

Vivemos um momento que nos cobra presença nas ruas, com força social, para barrar retrocessos. E temos o desafio de refletir e reorganizar nossos espaços de atuação com o objetivo de construir um programa estratégico, que seja popular e radicalmente democrático, e que alie nossos acertos históricos à ousadia da construção de um novo formato organizacional. Dessa forma, compartilhando as análises, as trajetórias e as lutas, poderemos acumular uma nova síntese que acumule para a superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Contribuindo para a construção de uma sociedade socialista e libertária. Sigamos na luta!



*** Militante sindical, feminista e do movimento negro, membro da Executiva Municipal do PSOL em São Paulo**

Lições do fim de um ciclo: CORAGEM E OUSADIA PARA SUPERAR O LULISMO

Sílvia Ferraro*

Vozes quase unânimes na esquerda concordam que a hegemonia do PT chegou ao fim. É uma trajetória que se iniciou no movimento pró-PT no início da década de 80, ancorado em um forte ascenso operário-popular que sacudiu a ditadura militar e fez emergir os sujeitos proletários com suas organizações na cena política brasileira.

Mas o ciclo que se iniciou exuberante terminou de forma trágica. O PT definha aos olhos da classe que ele representou sem esboço de resistência. O signo progressivo do classismo e da rebeldia foi paulatinamente se adaptando ao regime do capital. Foram anos de transmutação em que prevaleceu a estratégia do pacto social e do pragmatismo parlamentar.

É importante considerar que Lula mantém um capital político que se revela nas últimas pesquisas. O líder das greves operárias ou a memória do lulismo, que fez pequenas concessões aos setores mais explorados, ainda é capaz, sem grandes paixões, de capitalizar o voto popular. Num momento de fortalecimento da direita, o grande desafio da esquerda coerente será ter a capacidade de enfrentar o projeto reacionário de aumento do patamar de exploração, porém, sem cair na reedição do pacto lulista.

Analisar a trajetória petista é essen-

cial para entender como um grande movimento social emancipador foi derrotado pelas forças reacionárias. Grandes oportunidades foram desperdiçadas por uma direção que preferiu pactuar com o mercado financeiro, com o agronegócio e com as empreiteiras do que com a força que vinha das greves e das ruas.

Há muitos exemplos de como esta direção, tendo José Dirceu e Lula à frente, foram responsáveis por este

curso. Em 1992, diante da mobilização espontânea pela derrubada de Collor, José Dirceu orientou o diretório petista a preservar o calendário eleitoral, o mesmo se repetindo em 1999, quando os movimentos sociais davam sinais de recuperação ao fazer a grande Marcha pelo "Fora FHC" em Brasília. A partir da derrota eleitoral de 1989, a direção petista abraçou a estratégia de ganhar as eleições cacifando Lula como inofensivo ao capital imperialista. A aliança



do operário com o empresário José de Alencar e a Carta ao Povo Brasileiro sacramentaram o pacto com a intenção de apaziguar aqueles que estavam ansiosos pelas transformações sociais.

Daí em diante, o desmonte das mobilizações e a cooptação dos movimentos sociais, combinado com pequenas concessões como a redução do desemprego, o aumento do salário-mínimo, o Bolsa-Família e a expansão do acesso às universidades, conseguiram camuflar o escândalo dos governos petistas: a transferência de imensas riquezas para as mãos dos mais ricos. Não foi à toa que Lula disse que os bancos nunca ganharam tanto como com o seu governo e a oposição burguesa até 2012 foi comportada e silenciosa. Para além disso, a troca de interesses com as empreiteiras colocou o PT na vala comum do fisiologismo.

Mas as consequências da crise econômica ficaram insustentáveis a partir de 2012 e impossibilitaram a continui-

dade da sustentação do pacto entre o PT e as frações burguesas.

Governos de colaboração de classes só se sustentam quando as frações dominantes saem ganhando. A ilusão que o PT construiu de que é possível governar para todos, cumpriu um papel regressivo. Imobilizou a classe trabalhadora para resistir ao próprio golpe e fez retroceder a consciência popular para não diferenciar a direita da esquerda ou os patrões dos trabalhadores. O classismo dos anos 80 se esfarelou e sua ruína produziu o imobilismo e a cooptação dos movimentos comandados pela direção petista.

Em meio à crise, o PT mais uma vez fez uma opção conservadora. Quis manter o pacto a qualquer custo, vendeu a alma pela confiança do mercado, anunciou o ajuste fiscal e a retirada de direitos. Esta foi a política que abriu o caminho para as forças reacionárias e conduziu a classe trabalhadora ao matadouro, sem ter condições de reagir. Infelizmente, não é só o PT que está pagando o preço de sua traição. O golpe colocou em piores condições a correlação de forças para o conjunto dos explorados e oprimidos e a direita avança com o seu veneno para cima de toda a esquerda.

Ser coerente com esta análise implica em lutar com todas as forças para que o proletariado brasileiro não seja enganado novamente. Uma geração inteira viu seus sonhos arrancados e a descrença tomou conta de muitos. Muita energia revolucionária se perdeu e se dissipou.

A esquerda que permaneceu combativa em oposição ao PT, e que também lutou contra o golpe, tem a responsabilidade de apresentar um projeto e construir uma alternativa que possa apaixonar as novas gerações que já estão resistindo aos planos de retrocesso. São os jovens que estão ocupando escolas e universidades, são as mulheres

e LGBTs que saem às ruas contra os Cunhas e Bolsonaro, são as famílias que ocupam os prédios e terrenos vazios das grandes cidades, mas são também os operários, hoje mais receosos em fazer greves com o medo do desemprego, e os mais de 12 milhões de desempregados que viram presas fáceis do discurso neopentecostal. Junto a estes também estão aqueles que estão morrendo na luta contra o agronegócio. Os indígenas, os quilombolas e os sem-terra foram acuados e estão sendo exterminados por um projeto que priorizou a expansão das commodities.

Apaixonar as novas gerações e a multiplicidade de movimentos implica abandonar definitivamente o velho e dar espaço ao novo. Será necessária firmeza para não reeditar saídas como Frente Ampla e nem sucumbir a Lula 2018, se esta hipótese se concretizar. Ao mesmo tempo será necessário exercitar a generosidade para construir a unidade da esquerda socialista disposta a abrir mão de projetos sectários.

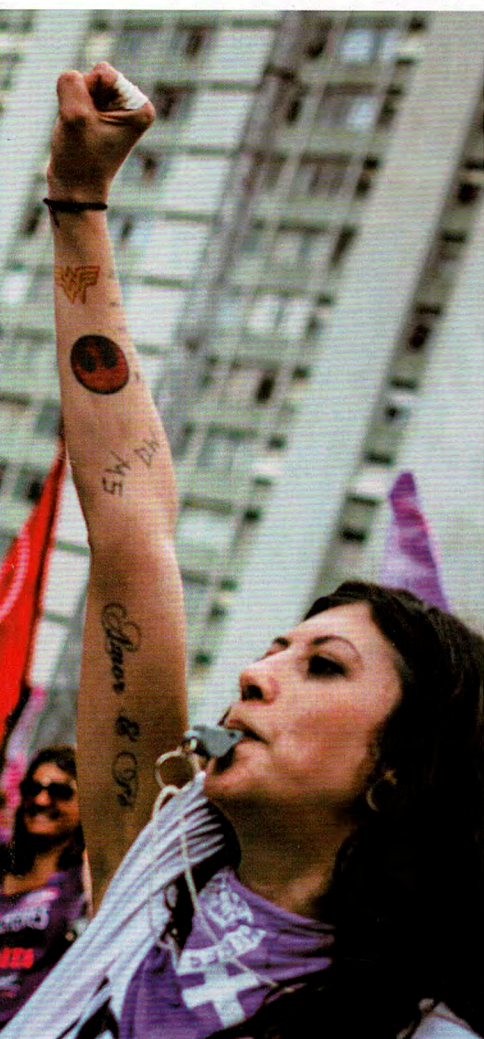
Dois desafios se colocam para aqueles que irão trilhar o caminho da ousadia.

O primeiro é a construção de um programa que possa dar sentido a todas as lutas. Um programa de mobilização permanente que se enfrente com a estrutura injusta, desigual e subalterna do capitalismo brasileiro. Um programa de transição "que combine as tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista".

O outro desafio é tornar este programa vivo e dedicar energia militante ao trabalho de base. Sem organização não é possível construir esta força viva de carne e osso que possa ser o sujeito coletivo de sua emancipação.



***Professora de história e integrante da Coordenação Nacional do MAIS**



MÍDIA NINJA

O golpe de 2016, a Lava-Jato e o Estado punitivo

Luciana Boiteaux*



CLAUDIO ZAMBONI

A análise da política nacional dos últimos anos no Brasil apresenta um novo elemento que merece ser analisado: a atuação de novos atores como o Poder Judiciário (e o STF) e o Ministério Público, os quais, na intitulada “cruzada contra a corrupção”, com atividade su-

postamente “neutra”, tiveram atuação destacada na determinação dos rumos da política brasileira, especialmente no apoio à guinada conservadora, a partir da midiática do discurso anticorrupção. Tal movimento, além de proporcionar abertura para a retirada

de direitos sociais, legitima o discurso repressivo e tem impactos sérios no sistema de justiça criminal.

Para além de anteriores escândalos com repercussão jurídica (Collor de Mello, “anões do Orçamento” e “mensalão”, dentre outros), a judicialização

da política atingiu seu auge com a operação denominada Lava Jato, uma sofisticação de operações anteriores que ganhou repercussão internacional.

Considerada “a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro do Brasil”, tanto pelo montante de recursos envolvidos (bilhões de reais),

acusadas de pagar propina a altos executivos da estatal e a outros agentes públicos, que atingiu de maneira arrasadora o PT, apesar do igual envolvimento de políticos de outros partidos, como o PMDB e o PP.

Destaque-se que 2014 foi também ano de eleição presidencial, tendo se

Lava-Jato e a disputa presidencial não deve ser desprezada.

Apontamos aqui para a dimensão política dessa operação como um marco da judicialização da política brasileira. Para isso, devemos deixar de lado a retórica da “neutralidade” da Justiça, uma vez que tal atuação repressiva teve também como objetivo impactar o jogo político e atingir aqueles que ocupavam o poder. Para além de indícios de proximidade ideológica e partidária entre o juiz Moro e o PSDB, não resta dúvidas de que, reconhecendo-se a corrupção como sistêmica e estruturante do capitalismo, para além de suas nuances tupiniquins, chama a atenção sua lógica e forma de atuar, visando impactar a mídia e a política. De fato, o foco das investigações era o PT, sendo Lula o principal, por sua importância partidária e nacional, não obstante o esquema ter contado com a participação de políticos de vários outros partidos da base governistas, especialmente PP e PMDB.

Mais do que uma operação regular “contra a corrupção”, sua dimensão é midiática e simbólica (com forte apoio da mídia corporativa, especialmente da Rede Globo). É possível afirmar que, sem a Lava-Jato não teria havido o golpe de 2016 e Michel Temer possivelmente não estaria no poder hoje, com a inquestionável maioria parlamentar que lhe permite realizar profundas e radicais reformas estruturais contra os trabalhadores, em velocidade jamais vista.³ Temos que relacio-

3 Por certo esse processo de redução de direitos não se iniciou com a derrubada do PT do governo, mas foi acelerado com Temer. Uma vez que Lula, dentre outras ações, deu continuidade à reforma da Previdência iniciada por Fernando Henrique Cardoso em 1998, com a (PEC 20), tendo, no primeiro ano de seu primeiro mandato, aprovado os pontos atinentes ao regime dos servidores que haviam sido

É possível afirmar que, sem a Lava-Jato não teria havido o golpe de 2016 e Michel Temer possivelmente não estaria no poder hoje, com a inquestionável maioria parlamentar que lhe permite realizar profundas e radicais reformas estruturais contra os trabalhadores, em velocidade jamais vista

como pela “expressão política e econômica dos suspeitos”, a Lava-Jato se inicia em março de 2014 em Curitiba, a partir de investigações sobre organizações criminosas controladas por “doleiros”, que operavam um mercado paralelo de câmbio,¹ tendo à frente o juiz federal Sérgio Moro.

A partir daí se chegou ao esquema de corrupção que envolveu a Petrobras, no qual grandes empreiteiras são

passado menos de quatro meses entre o início da Lava-Jato e a abertura da campanha eleitoral mais polarizada dos últimos tempos, que culminou com a reeleição de Dilma Rousseff e a derrota de Aécio Neves por pequena margem. Chegou a ser noticiado à época que, tão logo foi anunciado o resultado, partidários de Aécio teriam ido às ruas pedindo o impeachment.² Portanto, a oportuna vinculação política entre a

1 Esse nome curioso da operação se deve ao uso de uma rede de postos e de limpeza de automóveis para lavagem de dinheiro de uma organização criminosa inicialmente investigada. Fonte: MPF: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>

2 <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/na-paulista-tucanos-gritam-impeachment-e-petistas-pedem-choro-no-cantareira.html>

nar a economia política do golpe com a Lava-Jato.

Por um lado, temos a politização da atuação dos órgãos repressivos naquela operação, a crise política e econômica e o esgotamento da estratégia petista de conciliação de classes e, de outro, uma crise de representatividade sem precedentes, catapultada por uma exposição midiática amplíssima de uma estrutura corrupta sistêmica à brasileira que mobilizou a população, especialmente as classes médias em campanha moralista, que levou às ruas com bandeiras anticorrupção uma multidão de pessoas da direita e extrema-direita, mas especialmente “antipetistas”, em movimentos de massa que deram sustentabilidade ao impeachment.

E foi justamente o afastamento definitivo de Dilma no final de agosto de 2016, chancelado pelo STF e a chegada ao poder de Temer que permitiram a aceleração de amplas reformas estruturais à Constituição como resposta, ainda mais profundas do que as realizadas pelos governos petistas, a ponto de significar um rompimento com a ordem constitucional econômico-social de 1988.

Nesse cenário, a “crise” econômica e a construção do discurso das “pedaladas fiscais”, formalmente apontadas como razão para o impeachment de Dilma e vendidas como

derrotados na votação da reforma de FHC. Em 2003, portanto, no governo Lula a reforma da Previdência promovida por meio da PEC 41, dentre outras medidas, alterou radicalmente a aposentadoria de servidores públicos, aprovou a taxação de aposentados e o aumento da idade mínima da aposentadoria, além de pôr fim à paridade entre ativos e inativos. Esse momento marca, inclusive, o rompimento de parlamentares que saíram do PT, como os deputados Luciana Genro, João Fontes e Babá e a senadora Heloísa Helena, que posteriormente, em julho de 2004, fundaram o PSOL.

crime de responsabilidade, mas não tipificadas em nenhum dispositivo legal, foram o pano de fundo imediato para o golpe, ou melhor, foi o argumento jurídico criado que deu aparência de legalidade, pelo menos formal, ao impeachment.

No cenário da Lava-Jato nunca se identificou qualquer ato criminoso por parte da presidenta, ainda que o cenário simbólico anticorrupção, somado à crise, tenha sido responsáveis pela perda de popularidade do governo Dilma, cuja estrutura foi identificada como corrupta. Mesmo sem o envolvimento direto dela na Lava-Jato, Dilma e o PT sofreram fortemente seus reflexos, que pouco atingiram o PMDB de Temer e outros partidos da base e da oposição ao PT (vale lembrar que políticos de PSDB também foram citados em delações e outros esquemas de corrupção, como o de Furnas). Além disso, a narrativa midiática intencionalmente associou a corrupção ao PT, e à esquerda em geral, o que traz gra-

ves consequências até hoje.

Uma vez no poder, em resposta à crise, Temer correu para aprovar a PEC 95, que limita os gastos públicos por vinte anos, cortando investimentos em políticas sociais. Além disso, a mesma base que dava sustentação ao governo PT, mais PSDB e DEM, estão empenhados em ampliar reformas, inclusive a da Previdência, que aprofundará, caso aprovada, a retirada de direitos sociais de trabalhadores, além do projeto que “flexibiliza” leis trabalhistas e favorece o empresariado. Isso, sem mencionar a reforma do Ensino Médio e a ameaça de pautas ultraconservadoras usadas como moeda de troca nas negociações políticas de sustentação de Temer.

Não há como se ignorar a economia política do golpe apoiado pela Lava-Jato, na disputa por um rumo diferente para o país. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot declarou, em 17.01.2017, que a “Operação Lava Jato é pró-mercado”. Na reportagem, ele informa que “(...) já mandou para

No cenário da Lava-Jato nunca se identificou qualquer ato criminoso por parte da presidenta, ainda que o cenário simbólico anticorrupção, somado à crise, tenha sido responsáveis pela perda de popularidade do governo Dilma, cuja estrutura foi identificada como corrupta. (...) Além disso, a narrativa midiática intencionalmente associou a corrupção ao PT, e à esquerda em geral, o que traz graves consequências até hoje

a cadeia um punhado de executivos de grosso calibre, mas não é um ataque ao capitalismo⁴, e que “sem instrumentos normativos, nada teria sido obtido.”

Por instrumentos normativos, leia-se inovações jurídicas da Lava-Jato, tais como a condução coercitiva (usada com Lula), o uso abusivo da prisão preventiva e da mídia, instrumentalizados pela delação premiada como fonte de provas, e a ampliação do poder do Ministério Público nas acusações criminais diante da defesa. Estes são formatos autoritários que vêm sendo aceitos sem questionamentos a partir do discurso punitivo midiático da Lava-Jato. Há, aqui, um aperfeiçoamento de estratégias comumente utilizadas contra a população pobre e negra de antecipação da pena de prisão antes mesmo da condenação definitiva (o que contraria a Constituição) para os fins de “acabar com a corrupção no país”.

4 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/01/1850560-lava-jato-e-pro-mercado-diz-janot-em-davos.shtml>

LULA MARQUES / AGPT



Fica aqui a reflexão. Sabemos que a corrupção não acabará com a Lava-Jato e que os grandes empresários e a mídia hegemônica estão surfando na onda punitiva, pelo grande serviço que aquela operação está prestando ao próprio capital, que aplaude o “aperfeiçoamento” da moralidade pública brasileira e ao mesmo tempo permite a realização de amplo reajuste estrutural de reformas que irão ampliar o lucro das empresas e aumentar a desigualdade social.

A instrumentalização do discurso midiático-punitivo para fins de retrocesso social é a marca do Brasil de hoje. Ao mesmo tempo em que ninguém é contra o combate à corrupção, o fato é que a Lava-Jato deixará um legado punitivista e violador de garantias processuais-penais. Seus efeitos serão sentidos não só na política como também no cotidiano do sistema de justiça criminal, uma vez que os “instrumentos normativos” do espetáculo punitivo da Lava-Jato, por violarem princípios liberais

fundantes da Constituição de 88 irão afetar diretamente os tradicionais alvos do sistema punitivo seletivo, racista e desigual que habitam os nossos fétidos cárceres, e ainda abrirão palco para a absurda proposta de “Vinte medidas contra a Corrupção” que fortalece essa linha midiática repressiva e redutora de direitos, afetando diretamente os mais vulneráveis ao sistema. O que estamos vendo hoje é a redução de direitos e liberdades individuais diretamente conectada a um processo de redução ao mínimo de direitos sociais, ou seja, um retrocesso a antes de 1988, cujas consequências serão, caso esse processo não seja interrompido, a intensificação da criminalização de movimentos sociais e o aumento do sistema repressivo, insuflados e legitimados pela redução de garantias liberais aceitas como legítimas pelo discurso midiático de combate à corrupção.

Nesse momento de crise e desemprego, o desafio da nossa esquerda é compreender essa conjuntura e o funcionamento concreto do sistema de justiça criminal para defender o fim dos abusos policiais e judiciais e o respeito aos princípios constitucionais liberais de contenção do poder punitivo, necessários para garantir a resistência política e o avanço das pautas dos trabalhadores. O combate à corrupção por meio do sistema penal é eventual e pontual, utilizado pela burguesia para corrigir distorções e abusos desfuncionais ao capital, mas a repressão aos pobres e aos movimentos sociais é prática cotidiana, contra a qual precisamos nos opor defendendo a contenção do Estado punitivo.



* Professora associada de Direito Penal e Criminologia da UFRJ

Lava-Jato, política criminal e sistema penal

Luciana Genro*



CLAUDIO ZAMBONI

A Operação Lava-Jato desmontou o PMDB do Rio, mandou para a cadeia o todo-poderoso Eduardo Cunha, o ex-governador Sergio Cabral, o principal executivo da Odebrecht e o burguês que foi a cara do capitalismo brasileiro. Quando alguém imaginava que no

regime burguês brasileiro, marcado pelo castigo e a pena contra os pobres e negros e pela impunidade dos burgueses, teríamos tais figuras atrás das grades? Pois aconteceu. E tem gente que se reivindica de esquerda e acha ruim. Mas um dos méritos inegáveis

da Operação Lava-Jato é ter ampliado o debate sobre criminologia e seletividade do sistema penal. Antes restrito ao ambiente acadêmico progressista, o assunto entrou no debate político. Mas, sob o pretexto de defender um direito penal menos seletivo, há quem

tenha se colocado na defesa dos envolvidos na Lava-Jato, chegando a caracterizar a operação como uma ação do imperialismo e de ter por objetivo destruir o PT. Há quem diga até mesmo que Sergio Moro é fascista, numa grave e perigosa banalização do fascismo.

Aqueles que são contra a Lava-Jato, se levassem seu raciocínio até o final deveriam propor uma campanha pela libertação de José Dirceu, Cunha, Cabral e Eike. Está difícil? Parece absurdo? Pois então. Na lógica há a demonstração por absurdo. Se a premissa leva a uma conclusão considerada absurda então é porque a premissa está errada. Este é o caso.

Aqui não quero polemizar com os advogados constituídos pelos réus e investigados, visto que estes estão fazendo o seu trabalho, devidamente remunerado. Nem mesmo com os “advogados políticos” membros da cúpula petista. Destes é compreensível esta postura, visto que a situação para eles é mesmo dramática e este discurso de viés progressista é muito útil para elidir o verdadeiro problema do envolvimento de seus quadros em corrupção. Mas há muita gente bem intencionada que embarcou neste discurso, pessoas que mesmo não sendo do PT acabam, querendo ou não, fazendo o jogo petista. É com estes que pretendo dialogar.

O principal e mais importante exercício de poder do sistema penal se realiza dentro de um modelo de arbitrariedade concedida pela própria lei.¹

Começo recorrendo ao clássico Eugênio Zaffaroni para definir o exercício de poder nos sistemas penais. A primeira constatação é que a própria lei possibilita o espaço da arbitrariedade

Não quero polemizar com os advogados constituídos pelos réus e investigados, visto que estes estão fazendo o seu trabalho, devidamente remunerado. Nem mesmo com os “advogados políticos” membros da cúpula petista. Destes é compreensível esta postura, visto que a situação para eles é mesmo dramática e este discurso de viés progressista é muito útil para elidir o verdadeiro problema do envolvimento de seus quadros em corrupção

e da seletividade. Zaffaroni ensina que a seletividade, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social são características estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais.² Ele diz ainda que “o sistema penal está estruturalmente montado para que a legalidade processual não opere e, sim, para que exerça seu poder com altíssimo grau de arbitrariedade seletiva dirigida, naturalmente, aos setores vulneráveis. (...) Os órgãos executivos têm ‘espaço legal’ para exercer poder repressivo sobre qualquer habitante, mas operam quando e contra quem decidem.”³

Nilo Batista segue na mesma trilha, apontando que “o sistema penal é apresentado como igualitário, atingindo igualmente as pessoas em

função de suas condutas, quando na verdade seu funcionamento é seletivo, atingindo apenas determinadas pessoas, integrantes de determinados grupos sociais, a pretexto de suas condutas. (As exceções, além de confirmarem a regra, são aparatosamente usadas para a reafirmação do caráter igualitário).”⁴

CRIMINOLOGIA, BRAÇO DO CONTROLE SOCIAL

A criminologia positivista promoveu uma separação da sociedade, não só entre os homens delinquentes e não delinquentes, mas entre as classes delinquentes e não delinquentes. O delinquente é estereotipado e seu “perfil” criminoso transmitido por todos os aparelhos ideológicos, no conceito de Louis Althusser, através do senso comum e da ciência supostamente neu-

1 Zaffaroni, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas. Rio de Janeiro: Revan, 1991. P. 29

2 Zaffaroni, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas. Rio de Janeiro: Revan, 1991. P. 15

3 Zaffaroni, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas. Rio de Janeiro: Revan, 1991. P. 27

4 Batista, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2011. P. 26

tra e objetiva. Ela tornou-se uma “ciência” do controle social. Lola Aniyar de Castro explica:

“Hoje, como dissemos, sabe-se que a criminalização começa pelas formulações legais (vertente “legal” da criminologia), o que se faz basicamente segundo o pertencimento de classe. O chamado princípio da legalidade ou de reserva fará a distribuição dos ilegalismos, colocando uns em leis penais e outros em leis administrativas, civis ou mercantis, basicamente orientado no sentido da proteção da ordem burguesa inaugurada pela revolução francesa.”⁵

Pode-se afirmar também que se desenvolve um sistema penal subterrâneo, paralelo ao aparente e positivado.

“Assim, encontramos uma não criminalização de condutas de grave dano e custo social, características do papel

das classes hegemônicas no sistema global. Em contrapartida, o sistema penal aparente criminaliza prioritariamente condutas que são mais facilmente localizáveis no âmbito das classes subalternas. Essa constatação decorre não apenas das incriminações, mas da maneira como estas se articulam com a rede sancionatória (tamanho da pena, qualidade da sanção: penal ou administrativa, civil ou mercantil; caráter estigmatizante; procedimentos privilegiados, etc).”⁶

É assim que o traficante torna-se o grande vilão. Não são os políticos corruptos, os criminosos do colarinho branco ou os sonegadores os alvos da guerra. Estes são crimes mais comuns no âmbito das classes privilegiadas. Também não é o grande traficante, o dono do avião, do helicóptero ou dos contatos internacionais para o transporte das grandes quantidades de droga. O alvo são os traficantes que vivem

nas favelas, mesmo que em mansões, e que fazem parte da classe de delinquentes perigosos.

O PROBLEMA NÃO É A LAVA-JATO

Partindo desta análise chegamos facilmente à conclusão de que o problema do sistema penal e do processo penal no Brasil está longe de ser a Lava-Jato. Ao contrário, no que diz respeito ao alvo, ela é a exceção que confirma a regra, penalizando membros da burguesia e da casta política que normalmente estão a salvo do sistema. Os crimes que ela persegue também não são os clássicos crimes que atingem os mais pobres, como o roubo ou o tráfico. É a corrupção, crime característico das elites políticas e econômicas. Crimes que, portanto, merecem uma persecução penal dura.

Além disso, a ideia de que há uma seletividade partidária não resiste a uma mínima análise. Não somente petistas estão sendo investigados. Cabral

5 Castro, Lola Aniyar de. Criminologia da Libertação. Coleção Pensamento criminológico 10. Instituto Carioca de Criminologia. Editora Revan - Rio de Janeiro 2005. Página 48

6 Castro, Lola Aniyar de. Criminologia da Libertação. Coleção Pensamento criminológico 10. Instituto Carioca de Criminologia. Editora Revan - Rio de Janeiro 2005. Página 128



e Cunha, líderes da quadrilha no Rio de Janeiro, estão merecidamente presos. Caso não estivessem, certamente estariam agindo para impedir as investigações. Os nomes de Serra, Aécio e Alckmin também estão aparecendo, embora a mídia dê a eles um tratamento bem mais ameno. Também estão presos os líderes da quadrilha que estavam do lado de lá do balcão, como os executivos das empreiteiras – sendo Marcelo Odebrecht o símbolo maior – e Eike Batista, o queridinho do capitalismo tupiniquim. Não é pouca coisa.

Sobre as prisões, informações divulgadas pelo Ministério Público Federal (MPF) em setembro de 2016 revelam que, naquela data, dos 239 acusados, apenas 9% estavam presos – e 3% presos sem condenação. Considerando que 40% dos presos no Brasil são provisórios, isto é, não foram julgados, podemos perceber que as prisões preventivas da Lava-Jato estão dentro da “normalidade” do sistema, sendo até mais justificadas do que tantas outras,

pois se tratando de pessoas com poder e influência a possibilidade de interferência no processo é real. Das 453 decisões em habeas-corpus levadas a tribunais superiores, mais de 95% confirmaram as decisões da Lava-Jato.

As eventuais arbitrariedades cometidas (como a condução coercitiva de Lula ou algumas prisões preventivas espetaculosas) não são características específicas desta operação. Ao contrário, pelo fato de os investigados terem recursos financeiros para pagar ótimos advogados, a maioria dos excessos têm sido corrigidos nas instâncias superiores, o que raramente ocorre com os investigados por tráfico, por exemplo, que são a imensa maioria da massa carcerária (um em cada três presos). Aliás, a lei de drogas, promulgada por Lula em 2006, trouxe um aumento de 8,7% (45.133) dos presos por tráfico para 32,6% (182.779) em 2017.⁷

⁷ <http://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghtml>

Além disso, o horror, mais uma vez revelado pela matança nos presídios, colocou no devido lugar as alegações de “estado de exceção” feitas por acusados que contam com os advogados mais bem pagos do país. Sim, o sistema penal e prisional do Brasil vive em estado de exceção há muito tempo, embora muitos só tenham percebido agora.

É PRECISO EXIGIR A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES, DOA A QUEM DOER.

Isso não significa que possamos confiar no Poder Judiciário para “salvar” o Brasil. De jeito nenhum. Ao contrário, normalmente o Judiciário é o algoz de quem mais precisa de apoio. Mas as contradições e necessidades do modo de regulação do sistema abrem brechas, como a que estamos vendo agora com a prisão de quadrilhas do colarinho branco e políticos das altas rodas do poder. O establishment político é o alvo.

A esquerda que não explorar as brechas e as contradições do regime político não vai ter sucesso na disputa com os políticos do sistema que se fantasiam de anti-sistema, como Bolsonaro e Trump, ou mesmo com políticos de direita, hipócritas ou não, que fazem da luta contra a corrupção uma bandeira. Eles estão aí para capturar a insatisfação e esterilizá-la.

Corrupção não é um detalhe, não é um deslize. A corrupção é responsável pelo desvio de bilhões, tira médicos dos postos de saúde e professores das escolas. Essa luta é nossa, sempre foi. Aliás, o PT ganhou a classe média com esta bandeira. Perdeu quando repetiu o passado. Agora é a hora de construir o futuro.



***Advogada especializada em Direito Penal e membro da Executiva Nacional do PSOL**

Corrupção não é um detalhe, não é um deslize. A corrupção é responsável pelo desvio de bilhões, tira médicos dos postos de saúde e professores das escolas. Essa luta é nossa, sempre foi. Aliás, o PT ganhou a classe média com esta bandeira. Perdeu quando repetiu o passado. Agora é a hora de construir o futuro

Mulheres na proposta de reforma da Previdência do governo Temer: **indiferença e discriminação**¹

Denise Lobato Gentil*

SILVANA MARTINS



A proposta de emenda constitucional nº287/2016, a PEC da reforma da Previdência do governo Michel Temer, vai provocar uma piora significativa na vida das mulheres.

Não bastasse reduzir as aposentadorias de toda a sociedade (ficaram de fora do ataque apenas os que já se aposentaram ou os que, mesmo não aposentados, já preencheram as condições para se aposentar nas regras atuais), a proposta estabelece a idade mínima de aposentadoria em 65 anos e aumenta o tempo de contribuição (que passará de 15 para 25 anos), indiscriminadamente. Isso significará, para as mulheres que vivem nas zonas urbanas, cinco anos a mais de trabalho e, para as trabalhadoras rurais, dez anos além do tempo necessário, hoje, para atender ao requisito da idade mínima.

Mas, isso não é tudo. Depois de trabalharem por mais tempo, as mulheres terão direito de receber apenas 76% do valor da aposentadoria – e nessa redução serão equiparadas aos homens. Para receber o valor integral, o tempo de contribuição agora exigido é de 49 anos!

Se, por exemplo, a trabalhadora rural começar sua labuta no campo aos 14 anos (70% das mulheres ocupadas da zona rural iniciam antes dos 15 anos), terá que permanecer trabalhando por 51 anos para conseguir se aposentar, com a renda de um salário-mínimo, aos 65 anos de idade. Cum-

1 Este artigo se favoreceu de um estudo organizado pela ANFIP e DIEESE intitulado "Previdência: reformar para ampliar a exclusão num país desigual? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira", lançado em Brasília em fevereiro de 2017, para o qual a autora contribuiu.

prir esse tempo é algo improvável de se imaginar, sabendo-se que a trabalhadora do campo está submetida a rotinas pesadas que interferem na saúde, limitando o tempo de sua capacidade produtiva e encurtando sua expectativa de vida.

Mas, o pacote de crueldades não acaba aí. A idade mínima é móvel. Será elevada em um ano sempre que a expectativa de vida dos brasileiros, calculada pelo IBGE, aumentar em um ano completo. Daqui a cinco anos po-

Os formuladores da reforma desconsideram as condições desfavoráveis e discriminadoras enfrentadas pelas mulheres e a dupla jornada que realizam, ao acumularem empregos com afazeres domésticos e os cuidados com os filhos

derá ser 66 anos, e assim por diante.

As duras regras propostas pela reforma de Temer objetivam eliminar a diferenciação concedida às mulheres nos tempos de contribuição e idade de aposentadoria existente hoje. Mulheres, na regra atual, podem se aposentar aos 60 anos de idade e 15 anos de contribuição. As trabalhadoras rurais podem se aposentar aos 55 anos, porque sua atividade é considerada penosa. Se a reforma for aprovada, tudo será igualado às condições exigidas dos homens urbanos (65 anos de idade e 25 anos de contribuição).

O argumento básico dos reformadores é que a diferença entre homens e mulheres já foram eliminadas e o excesso de "generosidade" do passado não se

justifica mais no século XXI, porque as mulheres estão mais escolarizadas e se empoderaram. Além disso, dizem eles, a expectativa de vida das mulheres é superior à dos homens e elas passam um longo período recebendo benefício sem ter contribuído o suficiente para fazerem jus a essa renda.

Sem dúvida, uma das mais evidentes características da reforma da Previdência do governo de Temer é o claro desconhecimento (ou a completa indiferença) sobre as estatísticas do

mercado de trabalho no Brasil. Os formuladores da reforma desconsideram as condições desfavoráveis e discriminadoras enfrentadas pelas mulheres e a dupla jornada que realizam, ao acumularem empregos com afazeres domésticos e os cuidados com os filhos. Segundo dados da PNAD/IBGE de 2014, as mulheres ocupadas dedicavam,

em média, 19,2 horas por semana aos trabalhos domésticos e os homens, apenas 5,1 horas. Somando jornada de trabalho e afazeres domésticos, as mulheres trabalhavam 54,7 horas semanais, enquanto os homens trabalhavam 46,7 horas, numa diferença de oito horas adicionais a cada semana. Uma mulher ocupada com mais de 16 anos trabalhava, em média, quase 73 dias a mais que um homem em um ano.

Se as novas regras da Previdência forem aprovadas e, se for levado em conta que a idade média de entrada no mercado de trabalho das mulheres é 17 anos, quando elas chegarem à idade mínima exigida para se aposentarem (65 anos) terão trabalhado 9,6 anos a mais que os homens. Ou seja, os for-

muladores da reforma da Previdência do governo Temer estão querendo punir as mulheres por trabalharem mais, elevarem o nível de escolaridade a cada ano e viverem mais!

As estatísticas que o governo insiste em ignorar vão além. Informam que as mulheres, apesar de trabalharem mais que os homens, ganham muito menos. A jornada de trabalho remunerado das mulheres era inferior à dos homens (35,5 horas semanais e 41,6 horas, respectivamente). Mesmo quando mais escolarizadas (12 anos ou mais de instrução), as mulheres tinham rendimento médio mensal menor (R\$ 1.250) que o dos homens (R\$ 1.800). Em outras palavras, as mulheres ganham salários 31% menores, em média. Essa situação, em 2014, não era muito melhor do que em 2004, quando as mulheres ganhavam 37% menos que os homens. Não importa que busquem e alcancem maior escolarização. O mercado continua punindo as mulheres pagando menos a elas.

As desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho foram descartadas com alto grau de discriminação e desprezo pelos mentores da proposta de reforma da Previdência. Quando as mulheres buscam trabalho, têm maiores dificuldades do que os homens de encontrar um emprego. Segundo a PNAD/IBGE de 2014, a taxa de desemprego entre as mulheres era superior a dos homens (8,7% contra

5,2%). Quando conseguem emprego, suas ocupações são mais precárias, de tempo parcial, geralmente na informalidade, com remunerações mais baixas e enfrentando maior rotatividade. Essas desigualdades se explicam pela responsabilidade das mulheres com o trabalho doméstico, que as exclui do mercado por longos períodos, dificultando o acesso a empregos de qualidade em tempo integral e sacrificando sua escolaridade e seu crescimento

Em decorrência dos piores rendimentos e de inserções mais precárias no mercado de trabalho, 48,3% dos benefícios previdenciários concedidos para mulheres são de até um salário-mínimo (e são 23,9%, no caso dos homens). A aposentadoria por idade é a modalidade mais acessada por elas, devido à dificuldade que têm para acumular 30 anos de contribuição

profissional. Isso repercute ao longo da vida das mulheres, seja em seu sacrificado período produtivo, seja no período de inatividade.

Em decorrência dos piores rendimentos e de inserções mais precárias no mercado de trabalho, 48,3% dos benefícios previdenciários concedidos para mulheres são de até um salário-mínimo (e são 23,9%, no caso dos homens). A aposentadoria por idade é a modalidade mais acessada por elas, devido à dificuldade que têm para acumular 30 anos de contribuição e,

assim, se aposentarem por tempo de contribuição. Em 2014, 64,5% das aposentadorias concedidas para mulheres foram por idade (já para os homens foram apenas 36,1%).

Na Europa, homens e mulheres se aposentam com a mesma idade. Mas, é preciso levar em consideração que as reformas que aconteceram naquele continente se dirigiram para essa condição de igualdade de tratamento porque as mulheres passaram a dispor


do apoio de creches e escolas públicas em tempo integral, as condições do mercado de trabalho favorecem a formalização e há maior equilíbrio nas remunerações. Adotar a equivalência de idade entre homens e mulheres no Brasil, com base em comparações internacionais discutíveis e em justificativas pautadas na necessidade de ajuste fiscal, é negar a necessidade de proteção social a uma parcela da população que convive, há séculos, com a violência, o sexismo e a desigualdade de gênero.

A demolição de direitos sociais que a reforma da

Previdência vai provocar é algo sem precedentes para todos os brasileiros, mas será pior ainda para as mulheres. O governo Temer aposta na desinformação pública, na ausência de coesão social da classe trabalhadora e na paralisia dos movimentos sociais. Parece querer testar a força do feminismo no Brasil. Mas, pode estar cutucando a onça com vara curta. Ele que nos aguarde!



***Doutora em economia, professora e pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ**



A demolição de direitos sociais que a reforma da Previdência vai provocar é algo sem precedentes para todos os brasileiros, mas será pior ainda para as mulheres.

O governo Temer aposta na desinformação pública, na ausência de coesão social da classe trabalhadora e na paralisia dos movimentos sociais.

Parece querer testar a força do feminismo no Brasil. Mas, pode estar cutucando a onça com vara curta. Ele que nos aguarde!



COMUNICAÇÃO PÚBLICA

POTENCIAL SOPRO DE DIVERSIDADE NA

Bia Barbosa*

Talvez poucos momentos na história política recente do Brasil tenham deixado tão explícita a importância estratégica de uma mídia plural e diversa para a democracia do país. Da cobertura dos grandes meios de comunicação dos protestos de junho de 2013 até o tratamento mais do que cordial em relação às medidas da gestão Temer, passando por todo o processo de impeachment de Dilma Rousseff e as mobilizações que tomaram as ruas do país ao longo de 2016, a mídia brasileira con-

firmou a centralidade de seu papel político na definição dos rumos do país.

Mesmo com a explosão das redes sociais e a profusão de canais de comunicação no mundo online, a radiodifusão de massa foi, uma vez mais, essencial na legitimação de visões, na invisibilização de opiniões divergentes e na (de)formação da opinião pública.

A constatação de que a concentração dos meios de comunicação em poucos grupos comerciais familiares está na origem deste quadro não é novidade. Há cerca de três décadas o movimento pela democratização da mídia denun-

cia o processo de quase monopolização das comunicações no Brasil e cobra, de diferentes maneiras, mudanças no marco regulatório que permitiu que tal configuração do setor se consolidasse.

Essas mudanças não vieram, nem mesmo quando estive à frente do governo federal alguém que compreendia a importância desta agenda. Faltou vontade política, coragem para enfrentar o poder dos grandes conglomerados e, também, pressão popular do lado de cá. E agora, José? Abandonamos essa bandeira? Por onde é possível avançar? Que brechas ainda estão abertas?



MÍDIA NINJA

ÚBLICA: A MÍDIA

Não nos enganemos: não será de um parlamento que tem 40 deputados e senadores, na atual legislatura, como controladores diretos de emissoras de rádio e TV que virão as alternativas. Pelo contrário, foi este Congresso que acaba de ratificar a medida provisória, editada em setembro de 2016 por Michel Temer, que ataca sensivelmente o caráter público da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O que a gestão Temer – e os parlamentares de plantão – percebeu rapidamente, entretanto, foi algo que a esquerda brasileira até hoje não foi capaz

de entender: a comunicação pública pode, sim, fazer diferença na balança midiática do país. Ao ter como um de seus primeiros atos enquanto “presidente empossado” o desmonte da EBC e de seus veículos, Temer visava não o que a única empresa pública nacional de comunicação já conquistou e representa hoje; mas o que potencialmente poderia vir a ser.

Sim, porque, apesar do orçamento enxuto, dos entraves burocráticos e da falta de prioridade dada nas últimas gestões à comunicação pública, o projeto que vinha sendo desenvolvido

pela EBC e seus veículos apontava para um caminho que poderia dar certo.

Em 2015, por exemplo, a TV Brasil, foi a emissora que exibiu o maior número de longas-metragens nacionais, veiculando ao todo 120 filmes brasileiros, segundo a Ancine. A Globo, segunda colocada, exibiu 87 filmes e a TV Cultura (SP), 55. A TV Brasil também é o único canal da TV aberta com programação infantil, revertendo uma lógica imposta pelo mercado de que hoje, no Brasil, só podem assistir a programas infantis as famílias que tem dinheiro para pagar uma assinatura de TV.

É ali que o telespectador conta com uma faixa de programação sobre diversidade religiosa – enquanto a televisão aberta é tomada de assalto por conteúdos exclusivamente católicos ou evangélicos –, ou com um correspondente permanente no continente africano – quando a imprensa tradicional sequer se importa com o que ocorre do nosso lado do Atlântico no hemisfério sul... Diariamente, mais de três mil veículos reproduzem, sem custos, os conteúdos de texto e foto produzidos pela Agência Brasil.

Todo este impacto não se mede com os cálculos tradicionais de audiência da mídia comercial. Mas é um embrião importante de um sistema público de comunicação que poderia começar a incomodar os pouco afeitos à diversidade e à pluralidade de ideias, opiniões e informações. Temer extinguiu assim o principal canal de diálogo da EBC com a população – o Conselho Curador da empresa – e entregou seu comando a um antigo aliado de Eduardo Cunha, o jornalista Laerte Rímoli, o novo presidente da EBC.

De lá pra cá, dezenas de profissionais foram demitidos, programas foram retirados da grade das emissoras, contratos foram cancelados, conteúdos foram removidos dos portais, matérias

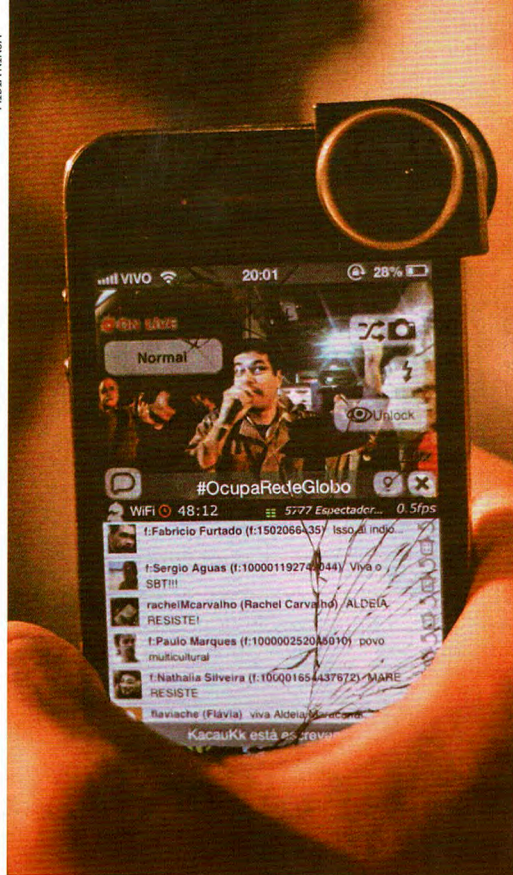
e reportagens produzidas pelos jornalistas não foram veiculadas e funcionários estão sendo perseguidos. Numa nota técnica produzida sobre a medida provisória que modificou a lei da EBC, o Ministério Público Federal afirmou que “a subordinação da empresa às diretrizes do governo” abre espaço para a prática da “censura de natureza política, ideológica e artística”.

O próprio Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso, órgão auxiliar do parlamento, emitiu parecer afirmando que a MP levou a “EBC à condição de mero aparelho governamental, deixando cada vez mais distante o projeto de uma comunicação pública autônoma e eficiente.”

A HORA, ENTÃO, É DE RESGATAR O PROJETO

Não é tarefa simples, mas a conjuntura nos obriga a olhar com maior atenção para os veículos do chamado campo público. Para se ter uma ideia, em torno da EBC vinha se constituindo a Rede Nacional de Comunicação Pública, formada por centenas de emissoras educativas e culturais, universitárias, comunitárias, legislativas e judiciárias em cerca de vinte estados. É claro que a rede será – já está sendo – impactada pela brusca intervenção de Temer na EBC. Mas aí estamos falando de uma quantidade significativa de canais de rádio e televisão que não estão submetidos à Presidência da República e que podem e devem ser disputados nos estados, municípios e comunidades.

Outros desafios deverão ser enfrentados. O despreço pela comunicação pública não é exclusividade de Temer, vide o que acaba de fazer o governador do Rio Grande do Sul, Ivo Sartori (PMDB), ao extinguir a Fundação Piratini – gestora da TV Educativa e da FM Cultura. Mas a mobilização local, daqueles que compreendem a impor-



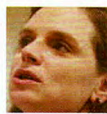
Em 2015, por exemplo, a TV Brasil, foi a emissora que exibiu o maior número de longas-metragens nacionais, veiculando ao todo 120 filmes brasileiros, segundo a Ancine. A Globo, segunda colocada, exibiu 87 filmes e a TV Cultura (SP), 55. A TV Brasil também é o único canal da TV aberta com programação infantil, revertendo uma lógica imposta pelo mercado de que hoje, no Brasil, só podem assistir a programas infantis as famílias que têm dinheiro para pagar uma assinatura de TV

tância dessas mídias para difusão cultural da sua região, para a distribuição da produção audiovisual local, para a geração de emprego e para dar visibilidade a pautas escondidas nos grandes meios pode fazer diferença.

Uma parte importante desses canais já conta, inclusive, com conselhos com a participação da sociedade civil. Ocupar esses espaços de maneira qualificada e plural pode resultar na produção de contrapontos importantes, sobretudo numa conjuntura em que disputar corações e mentes é mais do que estratégico.

Não há ilusões, claro. Parte importante desses canais está sucateada, sem perspectivas de financiamento; outra foi aparelhada por caciques locais. Em muitas não há qualquer mecanismo de transparência ou prestação de contas, ou até de controle social. Mas são espaços que não podem ser abandonados ou renegados a segundo plano, como a esquerda clássica sempre fez – inclusive com a EBC – em que pese a dedicação abnegada de militantes da democratização da comunicação que seguem nesta trincheira.

De uma vez por todas, ou assumimos a centralidade da batalha comunicacional para a retomada de um projeto de país ou golpes de toda sorte seguirão se repetindo. Que a disputa da comunicação pública nos mais diferentes espaços seja um primeiro movimento neste campo de guerra, para que este pequeno sopro de diversidade e pluralidade possa ganhar força, em todo o seu potencial.



***Jornalista, mestre em políticas públicas (FGV), coordenadora do**

Intervozes e secretária geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)



O NOVO PAPEL ASSUMIDO PELO JUDICIÁRIO

Eloísa Machado de Almeida*

O Poder Judiciário está no centro do debate político brasileiro. De preços de tarifas de transporte a financiamento de campanhas eleitorais, da descriminalização do uso de drogas e do aborto, da posse de ministros à prisão de senadores é difícil imaginar um tema relevante social, econômica ou politicamente que não tenha sido deliberado pelos tribunais, sobretudo pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Isso não é novidade. Muitos dos estudos que buscam compreender as razões pelas quais o Judiciário se tornou um ator central no cenário político brasileiro creditam esse fato à Constituição Federal de 1988. Uma Constituição vasta em direitos e um Judiciário com competências superlativas seriam algumas das explicações para que este assumisse papel central nas disputas políticas.

Mesmo que se reconheça que o protagonismo do Judiciário é, em parte, consequência do arranjo constitucional, é inegável que se acentuou nos últimos anos. O ponto de inflexão parece ter sido o julgamento da Ação Penal 470, conhecida popularmente como mensalão. Foram dezenas de sessões plenárias televisionadas, que culminaram com a condenação de réus poderosos, alçando ministros e juízes ao status de heróis e tornando o Judiciário um ambiente propício para a implementação de uma agenda de moralização da política, representada em decisões como a que proibiu o financiamento de campanhas por empresas.

Entretanto, é na chamada Operação Lava-Jato que a centralidade do Judiciário toma proporções inéditas. Conduzidas simultaneamente na primeira instância de Curitiba e no STF, as ações penais decorrentes dessa operação foram capazes de atingir todo o setor de construção civil no país, com o encarceramento inédito de grandes empresários. O juiz Sérgio Moro, que conduz os processos em Curitiba, tornou-se o novo herói nacional e não hesitou, aproveitando-se de grande legitimação popular, em abusar de prisões preventivas, conduções coercitivas e quebras de sigilo.

No STF, as ações penais assumiram ritmo distinto, o que não as impediu de gerar enorme instabilidade. Foram decisões do Supremo tomadas nas ações da Lava-Jato que conduziram o desfecho do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ao analisar as decisões no processo de impeachment, percebemos um pequeno grau de interferência, dando a impressão de que o tribunal se ateu apenas à delimitação do processo decisório. Mas, ao conjugar o processo de impeachment com outras decisões, tomadas no âmbito da Operação Lava-Jato, torna-se possível perceber que o STF foi ator central da crise política que culminou com o impeachment presidencial e a ascensão de outra força política ao po-

der que não por meio de eleições.

Aprisão em flagrante do senador, então líder do governo, Delcídio do Amaral; a suspensão da posse de Lula como ministro da Casa Civil, após quebra de sigilo de gravações de interceptações telefônicas pelo juiz Sergio Moro; a suspensão do exercício do mandato de Eduardo Cunha após a aprovação do impeachment na Câmara dos Deputados são alguns exemplos de decisões extraordinárias que impulsionaram, cada uma em seu momento, o processo de impeachment, tornando o Judiciário parte responsável pela ruptura democrática e constitucional.

Uma vez encerrado o processo de impeachment e afastada definitivamente a presidente, as ações da Operação Lava Jato arrefecem sem que o tribunal adote qualquer medida mais gravosa diante de novas delações, dando espaço para questionamentos sobre sua imparcialidade e seletividade. Mas isso não significa dizer que tenha se absterido de participar do embate político. As decisões tomadas no âmbito da Lava-Jato são exemplos, também, de como o Judiciário reconfigurou suas relações com o Legislativo, criando precedentes inéditos de interferência entre os poderes da Re-



pública. Mas não sem reação.

A resposta do Legislativo veio na forma de um projeto de lei para tratar de abusos de autoridade cometidos por promotores e juízes, prevendo a criminalização de atividades centrais da persecução criminal. Vinda de parlamentares envolvidos, em grande escala, em atos criminosos, o projeto foi visto como um ataque às investigações, deixando o necessário debate sobre controle do sistema de justiça esvaziado.

O projeto de lei, apadrinhado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, foi causa de novo embate entre Judiciário e Legislativo. Em um primeiro momento, foram julgadas ações que procuram impedir que um réu ocupasse a linha sucessória presidencial, o que acabou gerando uma decisão inédita pelo afastamento de Renan do cargo. A decisão do tribunal foi declarada e claramente descumprida pela mesa diretora do Senado e por seu presidente, obrigando o tribunal a voltar atrás em sua própria decisão.

Depois, o projeto de lei sobre abuso de autoridade teve a sua tramitação

suspensa por outra decisão judicial, alterando definitivamente a forma como o Judiciário lida com as questões internas do Legislativo. Se antes havia uma certa deferência aos procedimentos de outro poder, respeito a temas interna corporis, hoje o tribunal se sente confortável em alterar qualquer tema na criação de leis e na escolha de líderes. Este grau de interferência deve continuar em 2017. Já há ações judiciais pedindo ao tribunal que impeça a candidatura de Rodrigo Maia, atual presidente da Câmara dos Deputados, para mais um mandato à frente da casa.

Em um mesmo ano o Supremo prendeu um senador, afastou presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, impediu a posse de ministro de Estado e chancelou o afastamento de uma presidente da República. Poderá ainda definir as regras para os líderes das casas legislativas, impactando a dinâmica própria das negociações do mundo político.

Não há dúvidas, portanto, que o Judiciário assumiu para si um protagonismo inédito no país. Mas, nem toda responsabilidade recai sobre os seus ombros, pois sendo um poder inerte, responde apenas quando provocado.

Por esta perspectiva, há que se atentar para o papel crucial desempenhado pelo procurador-geral da República: foram os seus pedidos que

acarretaram as medidas mais gravosas em 2016. Sem dar transparência às suas escolhas, aos porquês de investigar uns e não outros, fortalece-se a crítica de que há uma atuação seletiva e direcionada politicamente na Operação Lava-Jato.

De outra parte, são os partidos políticos e os parlamentares que recorrem ao tribunal. O sistema político acaba tutelado judicialmente porque, ao que tudo indica, é incapaz de resolver por si só e com suas regras as disputas e conflitos que emergem nas casas legislativas. Assim, parte do enfraquecimento do sistema político e da supervalorização do Judiciário é de responsabilidade dos próprios partidos políticos e parlamentares, deputados e senadores, que preferem ver as questões decididas pelo tribunal. É evidente que há exceções, necessárias salvaguardas ao trabalho de minorias parlamentares, mas não foi isso que moveu o Judiciário nestes últimos anos.

O Judiciário foi enorme na política, mas minúsculo em direitos. O maior exemplo talvez tenha sido a chancela judicial à Emenda Constitucional 95, que impõe um teto de gastos no Orçamento e rompe com a lógica do Estado Social previsto originariamente na Constituição. Outras reformas virão, como a trabalhista e a da Previdência. Tudo indica que não haverá óbices, assim como não houve na reconfiguração do direito de greve feito pelo Judiciário.

Por estes fatos, não seria estranho argumentar que o Supremo Tribunal Federal e a Presidência da República, ambos sem votos, estão implementando um novo projeto de país, à revelia das regras democráticas e da Constituição.

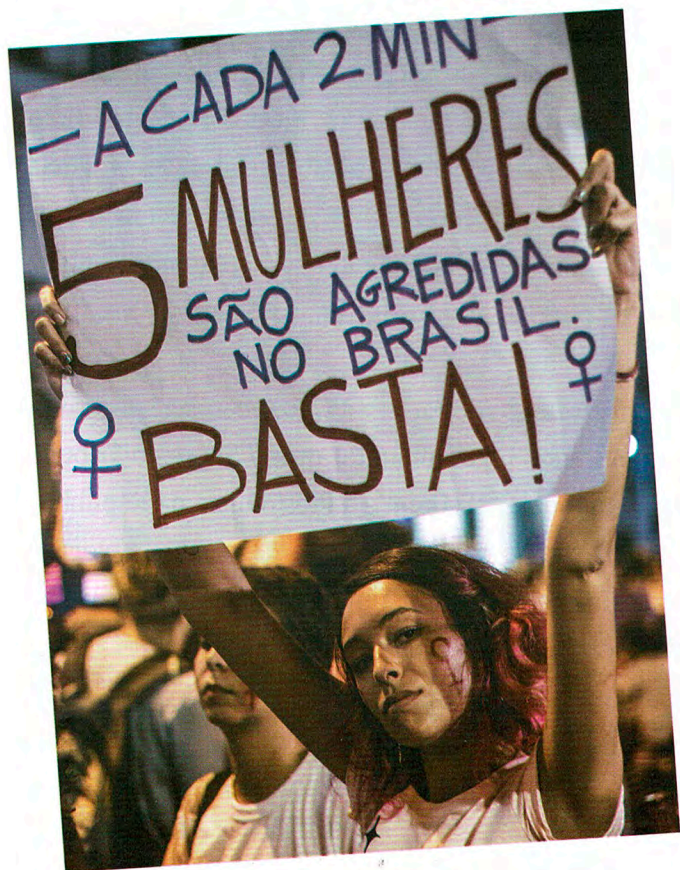
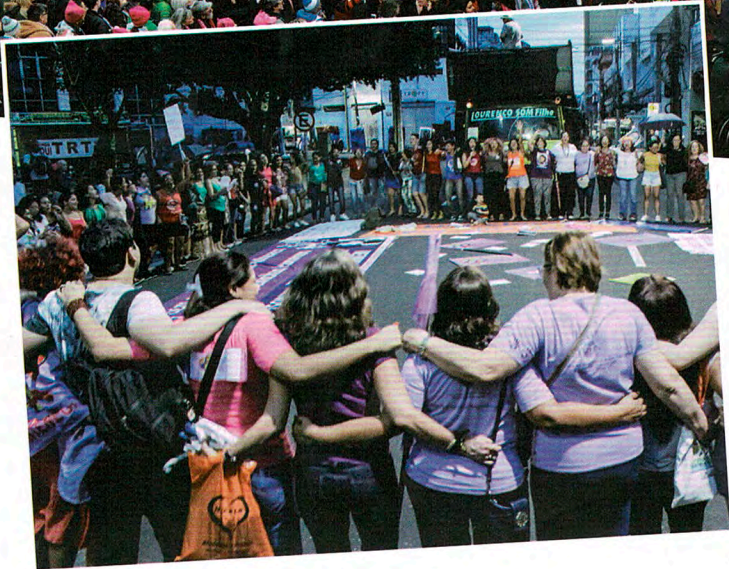


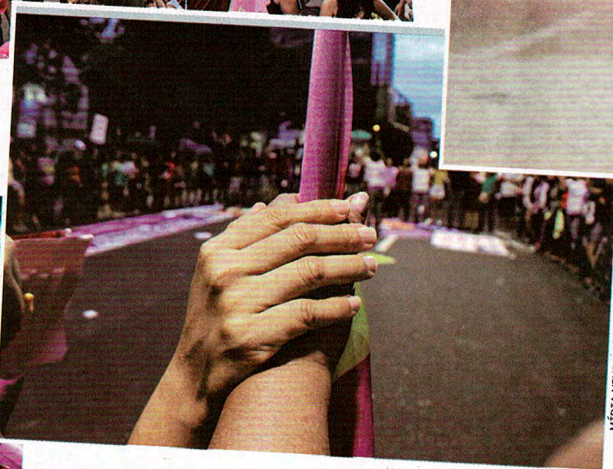
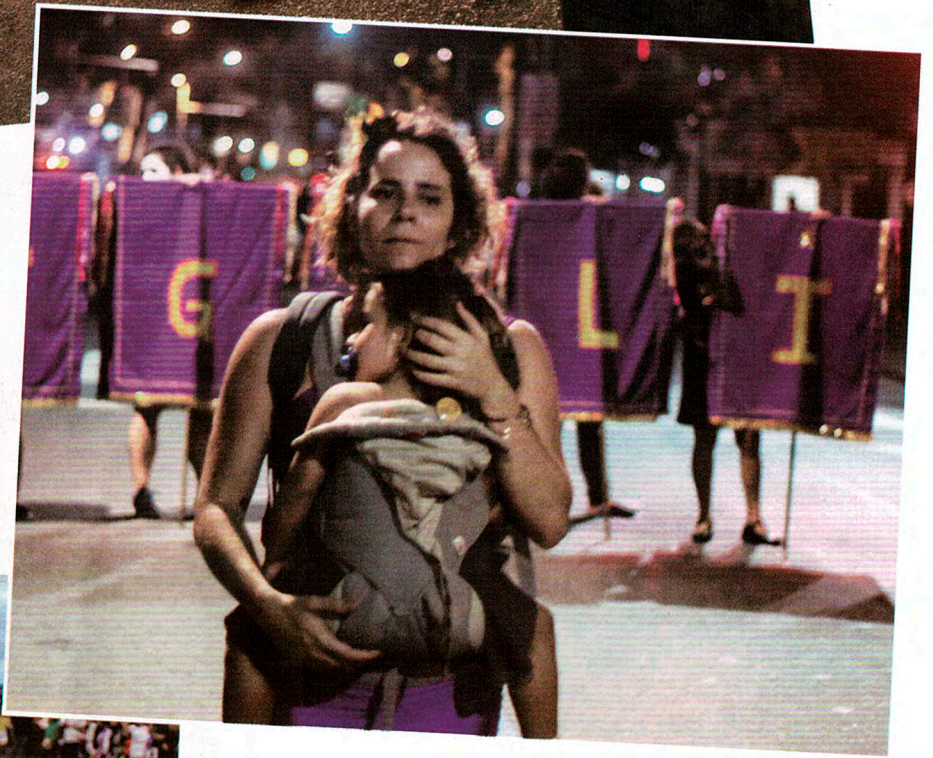
***Professora de Direito da FGV SP**

VOICE OF AMERICA



VOICE OF AMERICA



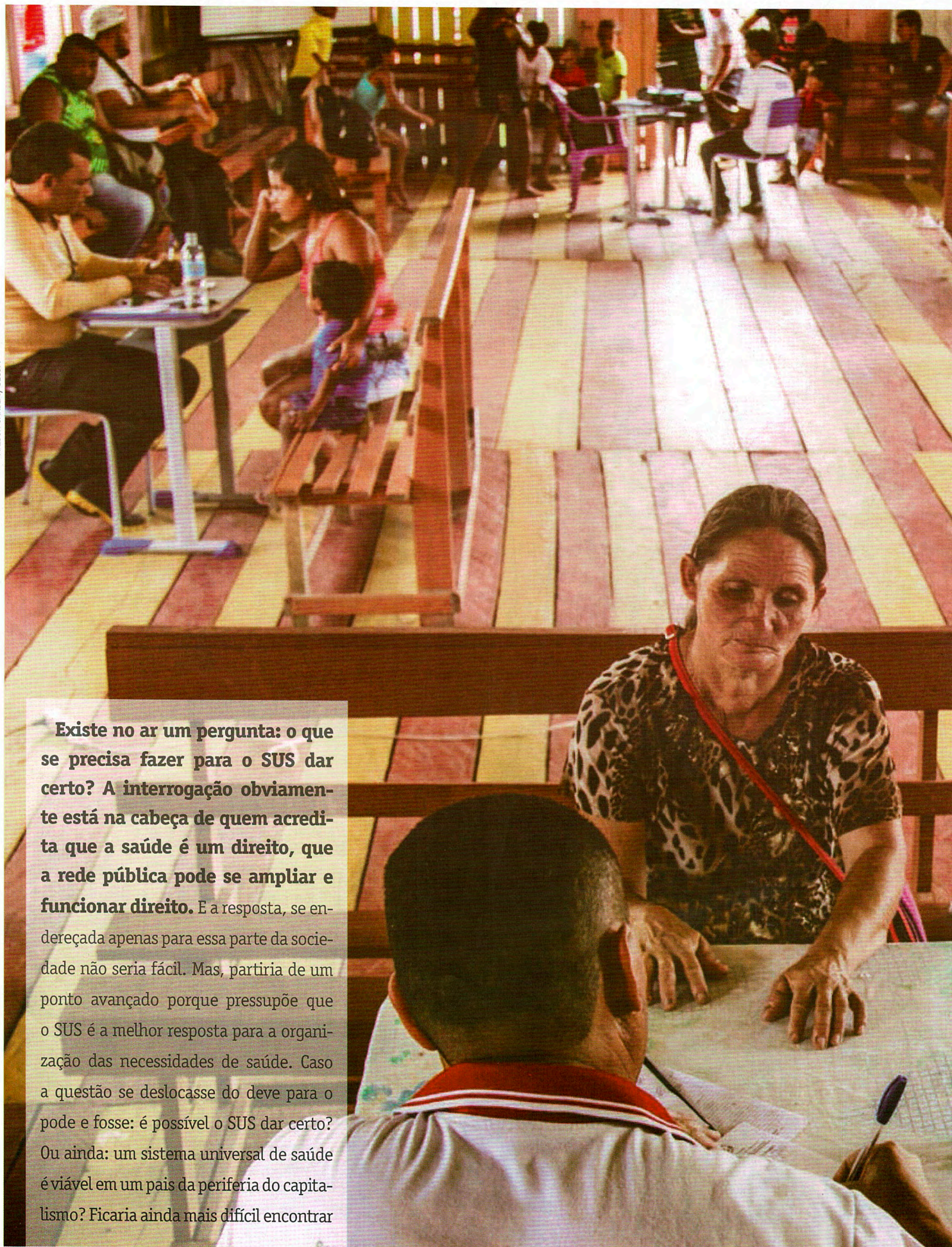


MÍDIA NINJA



Um **SUS** para chamar de nosso

Lígia Bahia*



Existe no ar um pergunta: o que se precisa fazer para o SUS dar certo? A interrogação obviamente está na cabeça de quem acredita que a saúde é um direito, que a rede pública pode se ampliar e funcionar direito. E a resposta, se endereçada apenas para essa parte da sociedade não seria fácil. Mas, partiria de um ponto avançado porque pressupõe que o SUS é a melhor resposta para a organização das necessidades de saúde. Caso a questão se deslocasse do deve para o pode e fosse: é possível o SUS dar certo? Ou ainda: um sistema universal de saúde é viável em um país da periferia do capitalismo? Ficaria ainda mais difícil encontrar

os argumentos para fundamentar um sim, não, talvez. São perguntas bastante distintas, ainda que todas se refiram à possibilidade da afirmação da saúde pública como solução. Por sua vez, esse gradiente cujos polos são o deve e o pode inclui apenas quem é ou pensa ser, ou declara ser favorável ao SUS. As indagações dos que proclamam que a saúde pública deve ser focalizada, restringir-se à assistência aos pobres são menos complexas. Quem der por favas contadas que é incorreto ou impossível (o que não é o mesmo) que o SUS aprovado pela Constituição de 1988 seja implementado tenderá a formular perguntas sobre como se deve ou se pode combinar privado e público para obter desde melhores retornos financeiros até a redução de conflitos sociais.

No Brasil o direito universal à saúde não é unânime. Apesar da imensa conquista que tivemos com a formalização desse direito na Constituição de 1988, o espectro de dúvidas sobre o SUS é amplíssimo. Ao contrário do que ocorreu em países desenvolvidos europeus, nos quais houve uma coalizão em torno das políticas sociais universais e hoje se debate a factibilidade de

preservação dos sistemas de proteção social, aqui se está às voltas com propostas de desmonte das mais elementares condições de regulamentação do trabalho assalariado. Ou seja, por vezes, as divergências sobre a intervenção estatal nas relações sociais são estabelecidas em torno do que sequer chegou a existir. Assim, a complicação a ser deslindada é de que SUS estamos falando. Aquele formulado por sanitaristas comunistas nos anos 1970-80? O SUS real, constituído como um conjunto de serviços e instituições gestoras? Ou as duas versões juntas e misturadas como frequentemente evocam os militantes mais jovens que defendem o SUS? Portanto, qualquer análise sobre o SUS requer reconhecer a polissemia do termo. Certamente a distância que separa o projeto original de reforma sanitária e SUS do que existe na prática é imensa e poderia até se dizer que está aumentando. Por outro lado, nem a tsunami neoliberal e as restrições orçamentárias e ataques permanentes à ineficiência e má gestão das instituições públicas destruíram o SUS.

Eleições pós eleições, sejam majori-

tárias ou proporcionais, o aprimoramento do SUS tem sido pautado por partidos e coalizões políticas de esquerda, de centro e de direita. Pode-se dizer sem medo de errar que o SUS, a despeito de apreciações positivas ou negativas de sua efetividade, é um consenso político. Os representantes políticos reafirmam a necessidade de fortalecer o SUS. Se isso acontece ou não é outra história. O importante é sublinhar que a bandeira SUS não é apanágio de transformadores sociais radicais. Os programas sobre saúde das mais diversas candidaturas são incrivelmente parecidos. Todos querem preencher lacunas assistenciais por meio de contratação de profissionais de saúde e abrir novas unidades ambulatoriais e hospitalares. Até mesmo as polêmicas sobre as organizações sociais e a precarização dos vínculos de trabalho, que animaram o debate de entidades sindicais e partidos de esquerda, deixaram de ser um divisor de águas nas eleições de 2016. Prefeitos eleitos, inclusive das maiores cidades, se comprometeram com a restrição das transferências de recursos orçamentários para as OS. Portanto, o debate sobre o SUS é extremamente complexo, depende de quem o propõe e da concepção de SUS.

Sindicalistas militantes favoráveis ao SUS costumam não estranhar o fato de estarem vinculados a planos privados de saúde; uma entidade defensora da educação pública gratuita não acha nada demais que seu sindicato venda planos de saúde. Empresários da saúde, que estão bilionários com o comércio de atividades assistenciais, também se dizem defensores do SUS. Portanto, antes de tudo é preciso esclarecer quem fala e a que SUS se refere.

Sanitaristas, pesquisadores e militantes que participaram do processo

Sindicalistas militantes favoráveis ao SUS costumam não estranhar o fato de estarem vinculados a planos privados de saúde; uma entidade defensora da educação pública gratuita não acha nada demais que seu sindicato venda planos de saúde. Empresários da saúde, que estão bilionários com o comércio de atividades assistenciais, também se dizem defensores do SUS. Portanto, é preciso esclarecer quem fala e a que SUS se refere



O Brasil é o único país de América do Sul que possui um sistema universal de saúde. Então, de certo modo, o SUS deu certo. No entanto, não é a nação que gasta mais recursos com saúde pública. Há uma contradição estrutural: apesar do sistema universal, os gastos com saúde são menores do que os de países vizinhos e as despesas privadas são maiores do que as públicas

de debates e da luta pela redemocratização tendem a valorizar aspectos políticos, societários e técnicos que envolvem o SUS que nem sempre serão priorizados na mesma ordem ou não serão similares aos de outras perspectivas analíticas. Não que exista uma concepção certa ou melhor do que a outra. Trata-se apenas de declarar a origem dos argumentos, até para evitar que o excesso de apreciações nor-

mativas nos impeça jogar a criança com a água do banho. Algo ainda que difuso do projeto do SUS permaneceu e se renova. Simultaneamente, a emissão de políticas anti-SUS, de uso privado de recursos públicos vem sendo amplamente mobilizada pelos governos das três esferas de poder e obtém apoio ativo de segmentos empresariais e conta com o consentimento passivo de setores da esquerda. Assim, a relação

um SUS consensual, mas extremamente frágil, e a expansão da privatização, inclusive nas hostes dos defensores da saúde pública, não é linear.

O SUS DEU CERTO?

O Brasil é o único país da América do Sul que possui um sistema universal de saúde. Então, de certo modo, o SUS deu certo. No entanto, não é a nação que gasta mais recursos com saúde pública. Há uma contradição estrutural: apesar do sistema universal, os gastos com saúde são menores do que os de países vizinhos e as despesas privadas são maiores do que as públicas. Ou seja, o invólucro é de sistema universal e as condições materiais são similares àquelas encontradas em países nos quais o acesso aos serviços de saúde é direcionado pelo mercado. Entender as razões que explicam essa disjuntiva é imprescindível, especialmente porque o problema não é um defeito de fabricação do SUS. O SUS constitucional tinha um orçamento compatível com a missão da universalização da atenção. As duas novas fontes de custeio (Cofins e CSLL) para a seguridade social somadas às anteriores (impostos gerais e contribuição previdenciária) seriam suficientes para a expansão de direitos sociais. Mas, mal a Constituição foi aprovada, a conversa sobre direitos que não cabem no orçamento se disseminou. Hoje são poucos os que ainda

acreditam que a Constituição foi um enorme avanço em relação ao direito à saúde. Tem quem, sem ou por querer, concorde que o SUS foi promulgado sem o devido financiamento e também aqueles que julgam que houve um conchavo dos sanitaristas com a direita porque o texto constitucional afirma a presença da iniciativa privada.

Na realidade, as entidades da sociedade civil se depararam com arenas de negociação específicas nos debates sobre o texto constitucional. Na saúde, os sanitaristas estabeleceram acordos com parlamentares progressistas. E o setor privado buscou apoio junto ao Centrão (parlamentares que representavam setores sociais mais conservadores), maioria na Constituinte, e se expressaram em votações importantes, como a questão da reforma agrária, na qual foi preservada a distribuição desigual da terra. A aprovação do SUS foi uma inequívoca conquista. Mas, sua viabilidade foi imediatamente questionada pelo Banco Mundial. O documento "Adult Health in Brazil: adjusting to new challenges", publicado em 1989, considera que é impossível financiar com recursos públicos a saúde para todos e avança propostas sobre a configuração público-privada

mais adequada para o Brasil, sugerindo que, as pessoas pobres poderiam ter melhores serviços de saúde se o "setor público imitasse o setor industrial brasileiro contratando serviços das empresas de planos de saúde."

Havia fragilidades reconhecidas pelos sanitaristas. A origem da proposta de mudança, técnicos e pesquisadores das universidades, implicava o convencimento e a participação dos trabalhadores, de parte significativa dos sindicatos dos trabalhadores. Naquela altura os trabalhadores especializados já estavam vinculados a esquemas assistenciais privados e teriam que se dispor a oferecer sustentação para que as contribuições previdenciárias destinadas à saúde integrassem um fundo comum para a universalização e ainda cerrar fileiras no combate ao modelo privatizante que se pretendia superar. Essa preocupação estendia-se aos profissionais de saúde. Médicos e enfermeiros, entre outros, teriam que se comprometer com a construção de um sistema público que fosse baseado na compreensão social e histórica do processo saúde doença. No entanto, o desenrolar dos acontecimentos sustentou tais expectativas. A inclinação conservadora do governo Sarney e a

eleição de Collor de Mello impuseram imensas dificuldades à implementação do SUS. Com uma base societária incipiente, mas ainda dotado de coerência política e técnica, o SUS encontrou apoiadores no movimento municipalista. A ação política do movimento municipalista por um lado ampliou as bases políticas do SUS, contudo, o protagonismo de prefeitos e secretários de saúde veio acompanhado por uma ênfase nas dimensões administrativo-institucionais e não no projeto de reforma sanitária.

Portanto, o SUS que deu certo não foi exatamente aquele formulado pelos sanitaristas. A base de apoio do SUS real não foram os trabalhadores, e sim os gestores. No início dos anos 1990, os recursos previstos para serem transferidos da seguridade para a saúde foram dramaticamente reduzidos e os hospitais privados aliados a empresas de planos de saúde retomaram posições relevantes no Congresso Nacional e junto ao Poder Executivo. O subfinanciamento, o teor eminentemente administrativo da implementação conduzido por gestores e a adesão de partes das entidades sindicais e movimentos de esquerda à concepção de que a saúde pública é para pobres e não para todos consolidaram um padrão de SUS no meio do caminho. De lá para cá houve avanços no acesso a ações e serviços, melhoria de indicadores para o país como um todo, mas as desigualdades, sejam as dimensionadas pela renda ou pelo local de moradia persistem. O Brasil tem um sistema universal, mas não é um sistema universal com potência suficiente para reduzir desigualdades.

O SUS que deu certo não foi exatamente aquele formulado pelos sanitaristas. A base de apoio do SUS real não foram os trabalhadores, e sim os gestores. No início dos anos 1990, os recursos previstos para serem transferidos da seguridade para a saúde foram dramaticamente reduzidos e os hospitais privados aliados a empresas de planos de saúde retomaram posições relevantes no Congresso e junto ao Executivo



***Médica, professora do Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ**

Cem Anos

SILVANA MARTINS

PÃO PAZ TERRA

**A Revolução Russa
de Fevereiro de 1917
e as mulheres**

Marly de A.G.Vianna*

*"O capitalismo colocou sobre os ombros das
mulheres trabalhadoras uma carga que as esmaga"*

Alexandra Kolontai

Há exatamente um século eclodiu na Rússia a revolução que derrubou uma dinastia que durava 300 anos, a dos Romanov. É um movimento que merece ser mais estudado e mais conhecido pela importância que tem e que foi eclipsado pelos acontecimentos revolucionários de outubro daquele ano. Tanto do ponto de vista histórico quanto político merece nossa reflexão.

ALGUNS DADOS QUE SITUEM O LEITOR

A Rússia czarista entrara na guerra desde seu começo, a 28 de julho de 1914. Os reveses que o Exército russo vinha sofrendo, em especial a partir de 1915-16, deviam-se às suas tropas mal equipadas e mal preparadas para a guerra que tornaram comuns as deserções. Para que se tenha uma ideia das dimensões da tragédia, contam-se aos milhões as vítimas russas da carnificina – cerca de dois milhões de mortos, muito maior número de feridos e mutilados e outros tantos feitos prisioneiros.

Diante da situação calamitosa, no final de 1916 o czar Nicolau Alecsandrovitch Romanov (1868-1918) resolveu assumir a chefia do Exército, passando o comando do Estado à czarina Alecsandra Feodoróvna (1894-1918), profundamente influenciada pelo místico charlatão Grigori Rasputin (1869-1916). A situação da população russa, que já era péssima, piorou muito e a insatisfação ia num crescendo.

AQUI ENTRAM EM CENA AS MULHERES

O desabastecimento era geral, a carestia terrível, a exploração da força de trabalho aumentara muito, e era principalmente sobre os ombros das mulheres que pesava essa carga, a cada dia mais insuportável. Com a mobilização militar, foi a mão de obra feminina

O desabastecimento era geral, a carestia terrível, a exploração da força de trabalho aumentara muito, e era principalmente sobre os ombros das mulheres que pesava essa carga, a cada dia mais insuportável. Com a mobilização militar, foi a mão de obra feminina chamada a suprir as fábricas e eram elas as responsáveis por alimentar a família

chamada a suprir as fábricas e eram elas as responsáveis por alimentar a família. Principalmente, eram seus filhos, maridos, pais e irmãos que estavam sendo massacrados nos inglórios campos de batalha. E foram elas as primeiras a ir às ruas, dando início ao processo revolucionário.

No dia 18 de fevereiro de 1917 entraram em greve os operários da fábrica Putílov, em Petrogrado¹, na qual as mulheres eram a grande maioria. A greve foi total e outras fábricas começaram a parar, num grande movimento de solidariedade operária. No dia 23 de fevereiro, justamente no Dia Internacional das Mulheres (a Rússia usava o calendário juliano, que tem 13 dias de diferença para o atual e nosso, o calendário gregoriano), comícios e motins de rua se avolumavam. No dia 27, o Palácio Tauride, sede da Duma (o Congresso russo), foi invadido pela multidão, em grande parte composta por mulheres. Impossível não lembrar a tomada do Palácio das Versalhes, na França revolucionária de 1789, quando as mulheres derrubaram os muros do palácio aos gritos do “Ça, ça ira!”

No dia 28, com a população dominando já a cidade e com medo de que a movimentação popular avançasse, o czar abdicou, deixando o trono a seu irmão, o grão-duque Miguel Romanov (1878-1918), que não aceitou o cargo. Foi então proclamada a República e estabelecido um governo provisório, tendo como primeiro-ministro o príncipe Georgui Lvov (1861-1925), constitucionalista, e como ministro da Guerra o deputado socialista Alecsander Kerenski (1881-1970).

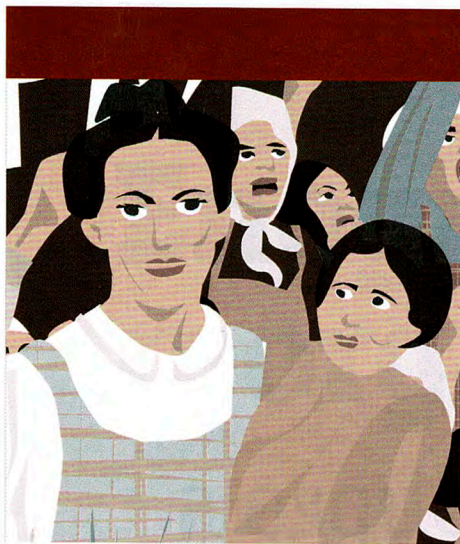
1 A cidade foi fundada em 1703, por Pedro, o Grande, com o nome de São Petersburgo. Em 1914, pela guerra contra a Alemanha, o nome, com origem germânica, foi mudado para Petrogrado. Em 1924, depois da morte de Lenin, passou a ser Leningrado. Com o fim do socialismo, voltou-se ao nome original de São Petersburgo.

Em oposição ao governo provisório formou-se outro poder, um soviete (forma de poder popular surgida em São Petersburgo, na Revolução de 1905), o Soviete de Petrogrado. Eram 14 os que o compunham, sendo apenas dois bolcheviques. Foi esse soviete que fundou o jornal *Izvéstia* (Notícia)

O significado da Revolução de Fevereiro é uma discussão bastante atual, como o foi na época: até onde o movimento popular revolucionário deve e pode avançar? Há quem considere fevereiro de 1917 uma revolução democrático-burguesa e houve mesmo, à época, revolucionários que acreditaram que a República burguesa deveria ser consolidada antes que se avançasse rumo ao socialismo – opondo-se, por isso, à Revolução de Outubro.

A meu ver, a revolução de fevereiro, inicialmente antiguerreira e, por consequência, anti-tzarista, tem um caráter original pela atuação popular e pela condução que os bolcheviques deram ao movimento. Estes consideraram a situação objetivamente revolucionária, levaram em conta a dualidade de poderes e se negaram a aceitar que o movimento revolucionário fizesse uma pausa, dirigindo-o, sem etapas, ao socialismo. Fevereiro foi uma revolução popular e democrática que, pela condução política dos bolcheviques, avançou para o socialismo. Não pode ser considerada uma revolução democrático-burguesa, até porque democracia e capitalismo são uma contradição em termos.

A Revolução de Fevereiro tirou centenas de revolucionários da cadeia e levou de volta à Rússia outros tantos, exilados na Sibéria e por toda a Europa. Nesse movimento de volta dos revolucionários, o momento crucial foi a chegada de Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924) a Petrogrado e suas decisivas – para a revolução socialista – Te-



A Revolução de Fevereiro tirou centenas de revolucionários da cadeia e levou de volta à Rússia outros tantos, exilados na Sibéria e por toda a Europa. Nesse movimento de volta dos funcionários, o momento crucial foi a chegada de Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924) a Petrogrado e suas decisivas – para a revolução socialista – Teses de Abril

ses de Abril. Mas é tema que extrapola nosso assunto.

Dos grandes nomes femininos, nota-se que nenhuma das conhecidas militantes revolucionárias da época participou do movimento de fevereiro de 1917: Alecssandra Kolontai, Rosa Luxemburgo, Vera Zazulich, Emma Goldman, Fany Kaplan ou Clara Zétkin, entre elas, estavam ou na cadeia ou exiladas (com exceção de Rosa Luxemburgo, que militava na Alemanha).

Vera Zazulich (1849-1919) tomou parte nos atentados contra o czar Alecssander II e contra o governador de São Petersburgo, o coronel Triepov, mas foi absolvida num julgamento que teve grande repercussão. Vera iniciou sua militância em contato com grupos ligados a Mikhail Bakunin (1814-1876) e fez parte do grupo populista *Naródnaia Vólia* (Vontade do Povo), os *naródnik*. Aproximou-se depois de Gueorgui Plekánov (1856-1918) e de Pavel Acserold (1850-1928), chegando a ter contatos com Lenin. Com este, Plekanov e Acserold – e outros – participou da fundação do jornal *Iskra* (Centelha). Tornou-se menchevique e não apoiou a Revolução de Outubro. É conhecida também por sua correspondência com Karl Marx (1818-1883), a quem se dirigiu indagando da posição que teria a comunidade rural russa (*obchina*) na revolução².

Emma Goldman (1849-1940) foi militante revolucionária e lutadora pelos direitos da mulher. Não participou de fevereiro de 1917 porque estava presa nos Estados Unidos. De volta à Rússia, depois dos acontecimentos de fevereiro, apoiou ativamente a Revolução de Outubro, afastando-se dos bolcheviques depois do episódio de Kronstadt, em 1921.

² Sobre o assunto ver LUZÓN, Manuel Sacristán. Escritos sobre El Capital (y textos afines). Barcelona, El Viejo Topo, 2003, p.357-359.

Alecssandra Kolontai (1872-1953) foi ativa militante contra a guerra, tornou-se bolchevique e uma das primeiras revolucionárias a tentar organizar as mulheres operárias. Em fevereiro de 1917 estava exilada, retornando à Rússia logo depois do movimento. Militante bolchevique toda a sua vida, participou da direção do partido e teve grande atuação a favor dos direitos da mulher. Em 1918 organizou o I Congresso de Mulheres Trabalhadoras de Toda a Rússia e fundou a revista A Mulher Comunista.

Clara Zétkin (1857-1933) foi outra conhecida revolucionária que não participou da Revolução de Fevereiro por encontrar-se na Alemanha; foi ativa militante pelos direitos da mulher, tendo organizado, ainda em 1907, na Alemanha, o I Congresso de Mulheres Socialistas.

Fany Kaplan (1883-1918), socialista revolucionária (anarquista), também não participou dos acontecimentos de fevereiro por estar presa, sendo solta depois da revolta. Ativa militante, considerou que Lenin havia traído a revolução, principalmente depois do Tratado de Brest-Litóvsk (março de 1918) e acabou por atentar contra a vida do líder bolchevique, tendo sido presa e fuzilada.

Rosa Luxemburgo (1871-1919) havia participado ativamente da Revolução de 1905 e em fevereiro de 1917 estava na Alemanha, onde era uma das principais líderes do movimento revolucionário. Desde 1905 trabalhava ativamente pela organização das mulheres. Presa por paramilitares dos Freikorps, que depois se integrariam aos nazistas, foi por eles assassinada em 15 de janeiro de 1919. Também destacou-se por sua discussão com Lenin sobre o papel da democracia e do povo na revolução, questionando o centralismo partidário.

**Rosa Luxemburgo
(1871-1919)
havia participado
ativamente da
Revolução de 1905
e em fevereiro
de 1917 estava
na Alemanha,
onde era uma das
principais líderes
do movimento
revolucionário.
Desde 1905
trabalhava
ativamente pela
organização das
mulheres. Presa
por paramilitares
dos Freikorps,
que depois se
integrariam aos
nazistas, foi por
eles assassinada
em 15 de janeiro
de 1919**



Os nomes citados, com rápidos dados biográficos, são de mulheres lutas por seus ideais evolucionários, ainda que com diferentes visões em relação à revolução socialista – o que nem sempre permitiu unidade de ação entre elas – tem aqui o objetivo de lembrá-las. Foram todas elas combatentes pelos direitos das mulheres, efetivados pela Revolução de Outubro: igualdade salarial entre os sexos, luta contra o machismo, direito de voto, criação de creches e implantação de serviços que facilitassem as tarefas domésticas. É revoltante que, depois de tantas lutas, justamente próximo da data de comemoração do Dia Internacional da Mulher, o governo russo tenha descriminalizado a violência doméstica.

Homenageando as mulheres cujos nomes ficaram na história, por sua militância revolucionária, o principal objetivo aqui é lembrar as milhares de mulheres anônimas que fizeram a Revolução de Fevereiro, que continuaram a luta contra o governo provisório liberal-burguês de Kerenski, que suportaram com heroísmo a guerra civil e a construção do socialismo. Seus nomes estão perdidos na multidão. Mas foi essa multidão que permitiu a construção de uma nova sociedade, que se beneficiou dela e também sofreu (e sofre) por todos os seus fracassos.

“A última classe que luta contra a opressão e que é encarregada, segundo Marx, da ‘obra de libertação’ – o proletariado – não pode realizar esse papel, segundo Benjamin, se esquecer seus ancestrais martirizados: não há luta pelo futuro sem memória do passado” (Löwy, Michael, Walter Benjamin: aviso de Incêndio. Tradução de Vânia Caldeira Brant, São Paulo, Boitempo, 2005, p. 109)



***Doutora em História
Social pela USP**

A França, para onde vai?

Renata Lins*

Duas imagens de impacto retratam com bastante clareza a situação de intolerância existente na França hoje: a cena do agricultor Cédric Herrou, perseguido pelo “crime” de ajudar refugiados a entrar em seu país; e a senhora de burquíni obrigada a se retirar da praia em Nice, por não estar usando um traje “compatível com as regras da laicidade”.

Essas duas imagens violentas parecem estar muito longe da ideia do país da “liberdade, igualdade e fraternidade” que nos acostumamos a conhecer.

Em um primeiro momento, é evidente que a tentação é fazer a ligação direta entre os recentes atentados ocorridos em solo francês e essa onda de xenofobia: é importante, entretanto, dar-se conta de que o caminho é bem mais longo do que esse. Deve-se lembrar, inicialmente, que arquitetura da União Europeia teve como característica o fato de que suas instituições centrais - Banco Central Europeu, Eurogrupo, Comissão Europeia - não são eleitas, reduzindo em muito a força e a autonomia de suas democracias internas. A inexistência de um Banco Central nos países que aderiram ao euro e as regras rígidas de austeridade do BCE fizeram muito para destruir o estado de bem-estar social a duras penas constituído no pós-guerra: a partir do ano 2000, com a criação do euro, os países passam a estar impedidos de fazer política monetária e fiscal



A partir do ano 2000, com a criação do euro, os países passam a estar impedidos de fazer política monetária e fiscal anticíclica por conta própria

anticíclica por conta própria, tornando-se muito mais vulneráveis às crises econômicas, sem que possam fazer políticas keynesianas de recuperação da renda e do emprego.

No ano seguinte a essa mudança

significativa, que reduz a autonomia dos países da zona do euro, acontece o ataque do 11 de setembro nos EUA, que não só abala a economia mundial mas também coloca a Europa ao lado dos Estados Unidos na reconfiguração

SÉBASTIEN BOTELLA



da ordem política. À estabilidade econômica preconizada pelas instituições centrais da União Europeia - com todo seu viés de "austeridade" recessiva - acrescenta-se, pois, a necessidade de "estabilidade" política, para defender-

se de atentados terroristas à base de aumento do policiamento ostensivo nas ruas e de elevação das barreiras à entrada de emigrantes. Isso, evidentemente, cria um caldo de cultura propício ao crescimento da direita, da rejei-

ção aos estrangeiros e da xenofobia.

É neste contexto que o partido da Frente Nacional, liderado por primeiro por Jean-Marie Le Pen e depois por sua filha Marine, cresce na França: como toda vez que se reduzem os direitos da classe trabalhadora, aumenta o sentimento de insatisfação com relação àqueles que são vistos como usurpadores do trabalho dos locais. O discurso de exaltação das raízes, de ênfase aos direitos das famílias tradicionais, com o que subentende de recuperação de espaços perdidos, frutifica neste solo fértil. O quadro se complexifica ainda mais com a questão nunca resolvida da integração dos imigrantes das antigas colônias do norte da África. O resultado disso tudo já aparecia na pesquisa anual da Comissão Consultiva de Direitos Humanos (CCDH) de 2015: 70% dos franceses eram de opinião de que o país tem imigrantes demais e 45% declararam ter uma visão negativa do Islã. Nesse sentido, a proibição do uso de "símbolos religiosos ostensivos" nas escolas, de 2004, entendida como uma proibição que mira o véu islâmico, apenas acirrou o sentimento dos muçulmanos de serem cidadãos de segunda categoria, fazendo aumentar a distância entre os grupos sociais - e com isso, as tensões subjacentes. Parece evidente que essa proibição, embora endereçada a todas as religiões, atinge mais diretamente as jovens muçulmanas portadoras de véu, muitas vezes retiradas das escolas públicas laicas para serem transferidas para escolas confessionais. É bom lembrar que, em 1989, Lionel Jospin, então ministro da Educação, havia reafirmado que o véu islâmico era compatível com o princípio da laicidade, visto que este "implica necessariamente o respeito de todas as crenças". De 1989 a 2004 há, portanto, uma inversão no que se entende como "laici-

dade”, e isso atinge particularmente as meninas muçulmanas. Parece claro que essa orientação do poder público acaba funcionando como um estímulo à xenofobia, por distinguir e discriminar um grupo social específico. A proibição posterior do burquini nas praias só veio aprofundar essa situação.

É nesse cenário já estruturado de tensão política e racial que acontecem os atentados de 2015: no início do ano, em janeiro, a invasão do escritório da revista Charlie Hebdo com a morte de 12 pessoas (das quais oito eram vinculados à revista), e no final do ano, em novembro, o ataque à casa de shows Bataclan, em que morreram 129 pessoas. A autoria do primeiro atentado foi reivindicada por um grupo ligado à Al Qaeda, e a do segundo pelo Estado Islâmico (EI), ou Daesh. Se o primeiro atentado já havia motivado uma declaração por parte das autoridades francesas e europeias de intensificação da luta contra o terrorismo, o segundo fez com que a França, sob o comando de Manuel Valls, que já tinha se engajado em ações de bombardeio à Síria invocando “legítima defesa”, intensificasse esses ataques após o atentado de novembro.

As eleições regionais francesas, em dezembro de 2015, trouxeram perdas significativas para a esquerda socialista, enquanto a Frente Nacional mais que dobrou seus assentos. Os temas predominantes, como o reforço da segurança nacional, a questão da imigração intensificada pela crise dos refugiados em toda a Europa e a valorização da identidade nacional favoreceram claramente o perfil da direita, que pautou a discussão.

Foi também em dezembro que François Hollande, um presidente com baixíssima popularidade (em torno de 7%), declarou que não seria candidato à reeleição. Seu candidato seria

Na extrema-direita, Marine Le Pen aparece nas pesquisas como presença garantida no segundo turno das eleições. Seu programa pretende reduzir radicalmente a entrada de novos imigrantes. Já se declarou inclusive contra a educação gratuita para os filhos de imigrantes - voltou atrás, entretanto, já que esta posição vai contra a Constituição francesa e as leis sobre o ensino primário obrigatório

Manuel Valls, o primeiro-ministro, cujo perfil tende para a direita e que esteve com Hollande no apoio a teses liberais em favor do mercado e da flexibilização da legislação trabalhista. No entanto, a vitória nas primárias coube a Benoît Hamon, ex-ministro da Educação e representante de uma fatia muito mais à esquerda do Partido Socialista. Hamon defende o estabelecimento de uma renda mínima universal e é crítico da atuação da União Europeia. Sua vitória deixa clara a derrota do projeto de “terceira via” capitaneado por Blair na Inglaterra e por Hollande na França. Resta saber se, diante da conjuntura adversa, ele terá fôlego para chegar ao segundo turno das eleições.

Representando a direita conservadora, no campo dos Republicanos, o vencedor das primárias foi François Fillon, antigo primeiro-ministro de Sarkozy. Fillon é católico e tradicional, e defende que os imigrantes que chegam à França “devem assimilar seus valores”. Considerado favorito por muita gente para as eleições de maio, o ex-primeiro-ministro agora se debate com uma ameaça de escândalo envolvendo a contratação como assessora-fantasma da sua esposa, Pénélope Fillon.

Na extrema-direita, Marine Le Pen

aparece nas pesquisas como presença garantida no segundo turno das eleições. Seu programa pretende reduzir radicalmente a entrada de novos imigrantes. Já se declarou inclusive contra a educação gratuita para os filhos de imigrantes - voltou atrás, entretanto, já que esta posição vai contra a Constituição francesa e as leis sobre o ensino primário obrigatório. Fala de um “protecionismo patriótico” e quer rediscutir as bases do euro para poder ter possibilidade de impulsionar a indústria francesa. Caso não consiga, quer fazer um referendo sobre a saída da França da zona do euro. Tem um discurso extremamente nacionalista e também intervencionista. Trata-se de “favorecer as empresas francesas” e de melhorar as condições de moradia “para os franceses”.

Esse discurso pode encontrar eco junto à população francesa trabalhadora, que considera que sua situação piorou com a União Europeia e com “os estrangeiros”. É um sentimento parecido com o que fez o Brexit vencer no Reino Unido. A política econômica neoliberal da União Europeia não fez nada para diminuir este sentimento. A ver.



***Economista, filiada ao PSOL**

Cem anos de samba em suas esquinas improváveis

Manuela Trindade Oiticica*

De enredo, de quadra, de breque, de raiz. Samba de rádio e da Era do Rádio. Puladinho, cruzado, miudinho, samba de negão cansado, samba de meio de ano. De roda, de mesa, de fundo de quintal, calangueado. Pagode, choro, partido, bossa, seresta, samba-rock-reggae-jazz-canção. Samba-protesto. Exaltação. Nesses cem anos de gravação do primeiro samba (Pelo telefone), não faltaram variações da forma de tocar, compor e dançar.

Gênero vivo nos seus desdobramentos, vivo também no que tem de mais teimoso: encontro, improviso e camaradagem. O mundo se encaixota pra que tudo caiba em prateleiras assépticas e vendáveis – e o samba está dentro do mundo providenciando etiquetas próprias. Mas tem nele o que insiste, e nisso guardou algum fio de navalha dos capoeiras do Estácio¹. Pensa só: reivindicar a rua quando tudo é pensado para glorificar as paredes – da televisão com medida de terreno à geladeira que dá conselhos. Ou então: não arrear pé de botequim, quando os bares S.A. gourmetizam até ovo estragado. Não é por romantismo de letreiro de encaixe, que isso é o que menos importa. Samba ainda é forte nas esquinas menos prováveis.

Beira o deboche – e que assim seja! – fazer música com faca roçando prato e algum balde segurando a marcação.

¹ Estácio é o bairro do Rio de Janeiro em que teve origem o samba.



LUCIANO PEROBELLI

Besteira desconsiderar as maravilhas de instrumentos caprichados e as duzentas mil ferramentas de gravação – que se use, abuse e democratize tudo isso. Mas esse pequeno trapo de texto é também para lembrar daquilo que é mais fácil alguém acabar esquecendo. Encontro, improviso, camaradagem. Em plena Era do Spotify.

Outra que vale pensar: mas por que há menos bons sambas nas rádios hoje? Primeiro seria preciso situar

quando começa o “hoje” e quais os critérios – sem dúvida, existem – desses “bons”. Está aberta a temporada de respostas, e vale quase tudo, menos esquecer que o problema é mais da rádio do que do samba. A indústria cultural sempre faminta, com reposição a jato de peças e atendendo aos interesses meramente comerciais, costuma dar a linha. Só não pode escorregar na pegadinha: produção de cultura não é o mesmo que a veiculação em massa dela – tem muito bamba por aí cheio de boas novas, as esquinas improváveis, mais do que as rádios, por testemunha.

É curioso pensar quantas mediações foram surgindo entre criadores e divulgadores nesse último século. Do comércio varejista de parcerias – um Chico Alves pagando para ser autor de um samba que jamais fez (e espalhando a música na Rádio Nacional) – às vaquinhas online para discos digitais, passando por programas específicos em brechas das grandes rádios e espaços na internet dedicados a novas composições. Mas curioso, também, é poder dizer que não mudou a resposta para quem perguntar onde se ouvem sambas novos nesse país: nas rodas de samba, ora.

Falar sobre uma história de cem anos começando pelo presente é sinal de que os batimentos cardíacos dela se-guem firmes, igual compasso de surdo em meio de avenida. Agora ajeita aí o retrovisor.

Tudo começou nos batuques africanos, que, chegados ao Brasil, foram

misturando sotaques. A casa da baiana Tia Ciata sacolejava em seu caldeirão a receita musical que sairia da Pequena África, Centro do Rio, para, 80 anos depois, chegar a acordar robô em Marte (lembra?). No quintal da cozinha e mãe-de-santo, os batuqueiros improvisavam versos, incluindo os que deram origem à música Pelo Telefone, registrada em 1916 pelos frequentadores Donga e Mauro Almeida e gravada por Baiano no ano seguinte.

Filho pra sempre do batuque negro, o samba começou a andar tomando emprestado o chacoalhar de maxixes. Pouco tempo depois e bem perto da casa da Tia Ciata, passou a ser temperado pelos surdos, cuícas e tamborins que a turma do bairro do Estácio de Sá inventava para acompanhar o que seria a primeira de todas as escolas de samba. É que maxixe cabia na dança, camarada, mas pra desfilar brincante faltava o embalo sincopado de tamborins. Dizem por aí: telecoteco.

Som de preto, de favelado, mas quando toca ninguém fica parado. A letra, que é de um funk da década de 90, caberia bem num partido-alto do início do século 20. Que esteticamente cada um dos gêneros tenha seus seguidores é uma coisa, mas tanto o samba quanto o funk têm as pernas corridas de polícia e cicatrizes de tudo o quanto é tipo de maldizer, embora as do funk ainda sangrem fortes. Não à toa, a lista de sambistas do início do século é feita de compositores e leões-de-chácara.

A partir da segunda metade da década de 30, no entanto, as escolas de samba são oficializadas e os sambistas, cansados de viver anavalhados, começam a dar um jeito de sua música caber na estreante Era Vargas. Um bom representante desse momento é Wilson Batista, compositor que escancarava o orgulho pela vadiagem em

1933 (“Meu chapéu de lado, tamanco arrastando / lenço no pescoço, navalha no bolso / eu passo gingando, provo e desafio / eu tenho orgulho de ser vadio”), mas que precisou mudar o assunto dos seus sambas em 1940 (“Quem trabalha é quem tem razão / eu digo e não tenho medo de errar / o bonde de São Januário / leva mais um operário / sou eu que vou trabalhar”).

Assim, aos poucos e por meio de concessões de ambos os lados, o samba foi sendo incorporado a políticas várias de Estado, e, por essa via também, se massificando. Teve a fase de grandes orquestrações e de vozeirões dó-de-peito, estilo Orlando Silva. Teve a fase de vozes mais miúdas favorecidas pelas tecnologias que iam surgindo – fala, Mário Reis. Teve momentos

da batucada resumida no violão de João Gilberto, da batucada incorporada pelas cordas de Baden Powell, da batucada reinventada pelo grupo Fundo de Quintal: bossa-nova, afro-samba, pagode. Daí a gente poderia fechar a roda, voltando pro início do texto e recuperando algumas falanges que o samba formou.

Mas esse pequeno trapo de texto é também para lembrar daquilo que é mais fácil alguém acabar esquecendo, tá escrito aí em alguma parte. A participação das mulheres no samba começou com as baianas-anfitriãs dos encontros musicais, numa tradição das “tias” que persiste até hoje, por exemplo, Tia Surica – que representa também outro elemento marcadamente feminino, o coro das pastoras.

No canto, aliás, está boa parte das sambistas, de Carmen Miranda a Alcione, passando pelo partido-alto de Jovelina Pérola Negra e pelos fundamentos de Clementina de Jesus. Essa presença é menos numerosa nas composições, o que não é difícil de entender, em se tratando de um país que costuma não ter pudores ao restringir os espaços de atuação das mulheres. Aos desavisados: menos numerosa não é inexistente nem de menos qualidade. Dolores Duran, Leci Brandão e Dona Ivone Lara que o digam, fora as que se insinuaram mas não acharam espaço para seguir adiante.

Baile que segue, as mulheres buscando cada vez mais tomar assento nas rodas, nas notas, nas letras e nos batuques – que falar de uma história de cem anos no presente é também dizer o que se constrói pra ela no futuro.

A saber: camaradagem, resistência e esquinas improváveis.

LUCIANO PEROBELLI



***Professora, jornalista e compositora, filiada ao PSOL**

Alexandra Kollontai:

a política entre a vida pública e a intimidade

Carolina Peters*

Em sua autobiografia¹, publicada em 1926, Alexandra Kollontai descreve a repercussão do que talvez seja seu trabalho mais conhecido no Brasil, editado por aqui como *A nova mulher e a moral sexual*²: *“Um debate inflamado alastrou-se quando publiquei minha tese sobre a nova moral. [...] Minhas teses, minhas ideias sobre sexo e moral, foram amargamente combatidas por muitos camaradas do partido de ambos os sexos, assim como ainda outras diferenças de opinião no partido a respeito dos princípios políticos”* (KOLLONTAI, 2007, pp. 74-75). À época da publicação dessas teses sobre a gênese da mulher moderna e a defesa de uma moral proletária – próxima à “concepção de mundo do proletariado” aludida por Engels – em harmonia com “as necessidades vitais e práticas [...] da vanguarda da humanidade” (KOLLONTAI, 2003, p. 30), ela deixava o Comissariado do Povo, equivalente aos nossos ministérios, em razão da discordância com a assinatura do tratado de Brest-Litovsk.

Única mulher no primeiro escalão do recém-formado governo soviético, primeira na história a ser reconhecida como membro de um governo, sua

1 KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. Trad. Lígia Gomes. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

2 KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

gestão à frente da pasta do Bem-Estar Social foi marcada pela defesa da autonomia das mulheres e do direito de escolha: seja para escolherem ser mães, sendo a maternidade “considerada uma função social e, conseqüentemente, ser protegida e garantida pelo Estado” (KOLLONTAI, 2007, p. 72), contando ainda com o reconhecimento de direitos iguais para filhos ilegítimos; ou optarem por não ser – o aborto foi legalizado na Rússia revolucionária em 1920, e posteriormente proibido por Stalin em 1936.

Pioneira em diversas atividades, Kollontai foi uma mulher de seu tempo, produto das transformações na produção e da ação política de



CLAUDIO ZAMBONI

Alexandra Kollontai

A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas

trabalhadoras e trabalhadores, como se lê na análise sensível que nos legou, presente ao longo dos textos que conformam o volume *A nova mulher e a moral sexual*. As mulheres modernas que Kollontai nos apresenta, tipificadas por ela como “celibatárias” – não as que praticam o celibato, mas em tradução frágil do francês *célibataire*, solteiras – são aquelas “que na luta pela subsistência contam apenas com suas próprias forças” (KOLLONTAI, 2003, p. 16), sem mais depender de um homem provedor, fosse o pai ou o marido.

Longe de representar o esforço heróico de “algumas individualidades fortes que tomaram consciência de sua própria personalidade”, a nova mulher emerge entre o ruído das máquinas, “primeiro e, principalmente, nas camadas mais profundas da sociedade, ou seja, onde se produz necessariamente a adaptação ao trabalho, nas condições radicalmente transformadas de sua existência” (KOLLONTAI, 2003, p. 19). Participando ativamente do trabalho, elas experimentam o antagonismo de classe com intensidade infinitamente superior que as mulheres do tipo antigo, cujas vidas se restringiam ao espaço doméstico.

Lembrando a estratégia estilística de Marx, que com frequência recorria à *Comédia Humana* de Balzac em seus estudos, Alexandra Kollontai mobiliza seu conhecimento literário para ilustrar a força e a pluralidade do novo tipo de mulher que, aos poucos, ganha peso na Rússia do início do século XX:

“A realidade capitalista separa de maneira absoluta a Tatiana, de Gorki, da Tatiana de Nagrodskaia. É esta realidade capitalista que leva a proprietária de uma oficina a encontrar-se,

por sua ideologia, muito mais separada de uma de suas operárias do que a boa dona de casa com relação a sua vizinha, a mulher de um operário” (KOLLONTAI, 2003, p. 22).

A importância do tratamento artístico do fenômeno é tal que seu escrito “*A nova moral e a classe operária*”, de 1918, dedica um longo trecho ao tema, traduzido para o português sob o título “*A nova mulher na literatura*”, quarto capítulo de *A nova mulher e a moral sexual*.

Os segundo e terceiro artigos do livro são dedicados a expor as raízes e apresentar soluções para o que identifica, amparada por outros pensadores contemporâneos seus, como a “crise sexual”, resultado de três fatores fundamentais que deformam a psicologia humana para o amor: o egocentrismo; o direito de propriedade sobre o corpo e a alma do outro; e a desigualdade entre os sexos. Estabelecer uma nova moral sexual que se contraponha à moral sexual burguesa, que é baseada no individualismo, na propriedade e na subordinação da mulher ao homem e aumentar o potencial de amor na sociedade são para ela importantes tarefas da classe revolucionária na conquista da sociedade futura.

É uma pena que não contemos no Brasil com traduções minuciosas e estudos profundos de seus trabalhos de análise da sociedade. Retomar seus escritos hoje, quando, por um lado, o movimento de mulheres demonstra internacionalmente sua força e, por outro, o capital incide brutalmente sobre o trabalho feminino para retomar seu processo de acumulação (no Brasil, a terceirização e a reforma da Previdência têm particular incidência

sobre as mulheres), deve representar um exercício de reflexão pessoal e coletiva para os revolucionários.

TRECHOS:

“[...] *A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. Não quer mulheres sem personalidade, no matrimônio e no seio da família, nem mulheres que possuam as virtudes femininas – passividade e submissão. Necessita de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra toda servidão, que possam ser consideradas como um membro ativo, em pleno exercício de seus direitos, e, conseqüentemente, que sirvam à coletividade e à sua classe*” (KOLLONTAI, 2003, p. 23).

“[...] *Eu sempre acreditei que inevitavelmente chegará o tempo em que uma mulher será julgada pelos mesmos padrões morais utilizados para os homens, pois não é a sua específica virtude feminina que lhe dá um lugar de honra na sociedade humana, mas o valor da missão cumprida por ela, o valor de sua personalidade como ser humano, como membro da sociedade, como pensadora, como lutadora. Subconscientemente essa foi a força motriz da minha vida e das minhas ações. Fazer as coisas do meu modo, trabalhar, lutar, criar e produzir lado a lado com os homens, e me esforçar para alcançar um objetivo humano universal (por quase 30 anos, de fato, eu pertenci aos comunistas) mas, ao mesmo tempo, dirigir minha vida pessoal e íntima como mulher de acordo com a minha própria vontade e de acordo com as leis da minha natureza*” (KOLLONTAI, 2007, pp. 26-27).



***Integrante do Diretório Nacional do PSOL e do Conselho Curador da Fundação Lauro Campos**

PÚBLICO x PRIVADO

EM TEMPOS DE GOLPE

LUIZ ARAÚJO e JOSÉ MARCELINO PINTO
(ORGS)



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS



“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”

“Não se nasce mulher: torna-se.”

“Querer-se livre é também querer livres os outros.”

“À minha volta, reprovava-se a mentira, mas fugia-se cuidadosamente da verdade.”

“Não há uma pegada do meu caminho que não passe pelo caminho do outro”

Simone de Beauvoir